

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**ANÁLISE DA COBERTURA DO IMPEACHMENT PELA EMPRESA BRASIL DE
COMUNICAÇÃO**

MONOGRAFIA

Rodrigo Thiel Aurélio Mendonça

Santa Maria, RS, Brasil

2016

ANÁLISE DA COBERTURA DO IMPEACHMENT PELA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

Rodrigo Thiel Aurélio Mendonça

**Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM), como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social – Jornalismo.**

Orientador: Prof. Rondon Martim Souza de Castro

Santa Maria, RS, Brasil

16 de Dezembro de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia

**ANÁLISE DA COBERTURA DO IMPEACHMENT PELA EMPRESA BRASIL DE
COMUNICAÇÃO**

Elaborado por
Rodrigo Thiel Aurélio Mendonça

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Rondon Martim Souza de Castro (Orientador/UFSM)

Marilice Amábile Pedrolo Daronco (Mestranda/UFSM)

Renata da Silva Camargo (Televisão Santa Maria)

Santa Maria, 2016

AGRADECIMENTOS

O maior temor sobre os agradecimentos (por isso que foi a última coisa do TCC a ser escrita) seria em citar nomes e acabar esquecendo uns, possivelmente cometendo alguma injustiça. Gostaria de agradecer a todos aqueles que foram importantes e significativos ao longo tanto da produção deste trabalho como da graduação. Citarei algumas pessoas em especial a seguir.

Aos meus pais, Elvis e Ivoni, que sempre se dedicaram, se dividiram em vários para conseguir me dar todo o suporte necessário. Além disso, agradeço a eles por todo amor e carinho fraternal, e, principalmente, por terem me dado à luz.

À toda minha família que, assim como meus pais, são muito importantes ao meu crescimento como indivíduo e que sempre se fazem presente em todos os momentos. Neste momento, ainda peço e zelo pela saúde daqueles que passam por necessidades e precisam, cada vez mais, da família unida.

Ao meu orientador Rondon Martim de Castro por ter me acolhido e me guiado ao longo deste ano. Acredito que seu apoio e seu suporte foram fundamentais para o trabalho. Além disso, levarei seus conselhos ouvidos em conversas sempre despojadas e alegres por toda a vida.

À Tanaíra, por todo apoio, tranquilidade, amor e carinho que me passa. Apoio e tranquilidade ao longo deste trabalho, enquanto a conclusão do mesmo parecia longe, e amor e carinho ao longo dos dias – e obrigado por me aguentar também.

Aos meus amigos mais próximos, que sempre estiveram comigo nos momentos bons e ruins, nas risadas e nas tristezas. Um abraço para os de Grêmio – campeão da Copa do Brasil – Bernardo Zamperetti, Joelison Freitas, Jonas Migotto (que nos deve 15 reais após juntar 22 e aparecer com uma Sol quente) e Nicholas Lyra, mas também para Felipe Tubino, Guilherme Borges (Quaresma) e o Guilherme Gabbi.

Aos meus amigos do Alegrete, principalmente ao Leonardo Vargas e ao Vitor Escobar por toda a amizade construída desde os nossos primeiros anos de vida e que levaremos para toda a vida, além da Tia Júlia, do Thiago e do Pippi, que não são do Alegrete mas também levo para o resto da vida.

Aos colegas de aula que, desde o dia cinco de março de 2012, encheram meus dias de aula de alegria, coleguismo e diversão.

Aos docentes da Universidade Federal de Santa Maria que tive o prazer de conhecer, conviver e aprender. Deixo registrado aqui, um agradecimento *in memoriam* especial ao nosso caríssimo e eterno professor Paulo Roberto de Oliveira Araújo. Saiba, professor Paulo Roberto, que todos os seus ensinamentos estão guardados no meu grande moleskine chamado vida.

Ao pessoal que, assim como eu, é apaixonado pela música e sabe que essa arte faz o mundo girar. Em especial cito aqueles amigos que me acolheram desde cedo, como se fosse alguém da família. Um abraço apertado para vocês: Arthur Putin, Carolina de David, Israel Orlandi, Jefferson Andrade, Lenon de Paula, Nadine Ribeiro e Thiago Trindade, por todos os momentos em que voltamos surdos de um ensaio nos estúdios da vida.

A todos os amigos que fiz ao longo dos meus estágios e locais por onde passei. Todos têm um espaço enorme dentro de minha alma, por todos os ensinamentos, trocas de experiência e conversas que tivemos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

Título: Análise da cobertura do impeachment pela Empresa Brasil de Comunicação

Autor: Rodrigo Thiel Aurélio Mendonça

Orientador: Rondon Martim Souza de Castro

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a cobertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Discorreremos, também, sobre aquilo que a empresa advinda da Lei nº 11.652/08 se define: democrática e independente. Para fins de análise, foram utilizados materiais jornalísticos produzidos pela Agência Brasil, principal agência de notícias da EBC, sobre o processo de impeachment ao longo de dois meses, selecionados entre os dias 17 de abril e 17 de junho de 2016. Tal análise, levantada sob a metodologia de Demo (1995), auxiliou a concluirmos sobre a influência política exercida sobre a Empresa Brasil de Comunicação.

Palavras-chave: impeachment; Dilma Rousseff; Empresa Brasil de Comunicação; influência política; cobertura jornalística.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

Title: Analysis of impeachment coverage by Empresa Brasil de Comunicação
Author: Rodrigo Thiel Aurélio Mendonça
Adviser: Rondon Martim Souza de Castro

ABSTRACT

This current work intends to analyze the coverage of the impeachment process of former president Dilma Rousseff by the Empresa Brasil de Comunicação (EBC). We will also discuss about that the company derived of Law nº 11.652/08 defines: democratic and independent. For analyses purposes, have been used journalistic materials produced by Agência Brasil, the EBC's main news agency, about the impeachment process over two months, between April 17 and June 17, 2016. This analysis, based on Demo's (1995) methodology, helped us to conclude about the political influence exercised over the Empresa Brasil de Comunicação.

Keywords: impeachment; Dilma Rousseff; Empresa Brasil de Comunicação; political influence; journalistic coverage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	12
2. EBC, MÍDIA PÚBLICA E IMPEACHMENT	16
2.1 DA RÁDIO SOCIEDADE À LEI 11.652/08	16
2.2 DA VITÓRIAS NAS URNAS À DERROTA EM BRASÍLIA	23
3. ANÁLISE	28
3.1 ASPECTOS GERAIS	28
3.1.1 Primeira visão	29
3.1.2 Erros de ortografia e coerência.....	29
3.2 ASPECTOS ESPECÍFICOS.....	33
3.2.1 Manifestações.....	34
3.2.2 Crise política	36
3.2.3 Processo de impeachment.....	40
3.2.4 Votações.....	45
3.2.5 Outros assuntos.....	46
3.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é a análise em torno do debate sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), principal órgão público de comunicação no Brasil, tal qual ela se define: plural, independente e cidadã. Avaliamos que essa discussão se faz importante para a construção de uma política comunicação pública de qualidade. A temática gira em torno do que supomos ser a fragilidade do *modus operandi* da EBC como mídia pública e democrática, desde sua criação, pela Lei 11.652/08, mas que foi trazida à tona. Citamos, em especial, as exonerações e nomeações de cargos da diretoria, em meio à crise política findada em impeachment da presidente Dilma Rousseff e ascensão ao poder pelo seu vice, Michel Temer.

Queda de um diretor-presidente da EBC por motivos ainda não muito bem esclarecidos em meio a uma greve de funcionários ocorrida em função de uma suposta influência política na instituição. Nomeação de outro diretor-presidente, que assumiria um mandato de quatro anos à frente da empresa, pela presidente Dilma dias antes dela ser afastada do cargo. Exoneração do mesmo, dias após o presidente - na época - interino Michel Temer tomar posse e nomear um jornalista de sua confiança para o cargo deixa dúvidas com relação à sua dita - e expressa em lei - independência do governo, dando evidências de uma subordinação direta ao executivo federal. Em outras palavras, ao nosso ver, a independência do órgão se mostra frágil em vista de sua relação com o meio político.

Achamos relevante mencionarmos as escolhas monocráticas dos responsáveis pela gerência da EBC, uma possível influência política interna na administração e seu viés jornalístico tendo mudado (mesmo que possa não parecer claramente que houve uma mudança, apenas o fato da troca de jornalista responsável pela gerência já justifica) apresentam uma forma de utilização da empresa como uma “assessoria de comunicação” da Presidência da República.

Implantada por Medida Provisória de nº 744, convertida em lei, a empresa foi criada, em outubro de 2007, com o fim de servir à população brasileira como órgão divulgador, regulador e administrador de veículos públicos, como as rádios Nacionais, TV Brasil e Agência Brasil entre outros, de forma diferenciada dos chamados veículos

comerciais. Por muito tempo definindo como o ponto principal do processo de democratização da mídia no Brasil, hoje se vê no centro do debate sobre a utilização e independência da Empresa Brasil de Comunicação, levando como base as diretrizes fundamentais do documento criado para regulamentar e democratizar a comunicação no país, o Marco Regulatório da Comunicação. Tais pontos definem uma estrutura necessária para todo e qualquer tipo de veículo de comunicação em atividade no país com o fim de criar uma mídia (seja ela pública ou privada) democrática.

Suas nomeações, feitas diretamente pelo gabinete do executivo, por meio da Secretaria de Comunicação Social (Secom), diagnosticam uma fuga daquilo que a Lei nº 11.652/08, no art. 2º, inciso VIII, prevê para a Empresa Brasil de Comunicação: “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”. As escolhas daqueles que lá servirão como chefe da empresa, já demonstram quem tem poder sobre eles, e, conseqüentemente, na EBC em si.

Não que o(a) Presidente da República vá escolher aquilo que será produzido, programado e distribuído, mas o fato de que passa por ele(a) os nomes de quem assumirá a chefia da Empresa Brasil de Comunicação, tem o poder de manipulação da mesma sob o executivo. Caso não houvesse essa possível dependência, uma disputa tão acirrada – parando até na justiça – pela escolha de quem seria o diretor-presidente da EBC não teria ocorrido em meio à troca de governos.

As exonerações de Américo Martins em meio à greve por conta de influência política, a escolha às pressas de Dilma Rousseff por Ricardo Melo, que, de acordo com o seu documento de nomeação e pelo regimento da EBC, deveria ficar no cargo por quatro anos, saindo apenas por “vontade própria”, e a sua exoneração por Michel Temer, que o substituiu por Larte Rimoli é só a “ponta do iceberg” das nomeações na Empresa Brasil de Comunicação. Nomeações essas que ocorrem em outras áreas da empresa, como no Conselho Curador, que, em tese, é o órgão de representatividade da sociedade civil na EBC (e que foi extinto por Temer na Medida Provisória nº 744, de setembro deste ano), e que tem o papel de fiscalizar os métodos de produção, programação e distribuição do conteúdo produzido pelos veículos da empresa.

Em meio à um debate sobre estas questões, realizaremos uma análise das notícias sobre o impeachment veiculadas pela Agência Brasil, principal veículo de conteúdo digital da Empresa Brasil de Comunicação. Foram selecionadas mais de 380 matérias dos dias 17 de abril, dia da votação da abertura do processo na Câmara de Deputados, até o dia 17 de junho de 2016, pouco mais de um mês após o presidente – na época – interino Michel Temer ter assumido o executivo federal.

Tal escolha se dá pelo fato de que nestes dois meses de clipping das notícias, houveram trocas – não esperadas – nos comandos tanto do país como da Agência Brasil. Desta forma, tentaremos comprovar tanto uma mudança na linha editorial da EBC como seu uso indevido como assessoria de comunicação da Presidência da República.

Além do mais, discutir conceitos e discursos de mídias é de grande importância para a formação acadêmica de um comunicador, principalmente da área de jornalismo. A maioria dos debates são em relação às mídias massivas privadas, que são bastante criticadas por conta de uma precarização gradual de conteúdo e, também, de estrutura para a produção deste conteúdo. Entretanto, além de conversas na disciplina de Economia Política da Comunicação e algumas outras em poucas disciplinas, percebemos que não há uma discussão tão grande destes mesmo aspectos na esfera acadêmica (não estamos defendendo as razões de ser da mídia privada ou querendo supor que devemos parar de criticá-la, mas sim partindo do pressuposto que a precarização do jornalismo também se dá em veículos que devem ser públicos, que pertencem à população, e que em todas as esferas da profissão há uma “comercialização” do produto criado para um benefício daquele que detém o poder).

Começaremos o trabalho apresentando, no capítulo 1, a metodologia que utilizaremos, tomando como base, principalmente, o teórico em pesquisa na comunicação Pedro Demo (1995, 3ª ed.). Tal amostragem auxiliará na análise das notícias previamente selecionadas, além de levantar o debate sobre o uso político da EBC.

Ao longo do capítulo 2, daremos o histórico explicativo sobre desde as criações dos primeiros veículos de mídia pública até chegar na Empresa Brasil de

Comunicação (EBC), assim como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que são o centro do debate do nosso trabalho. No capítulo 3, onde serão realizadas as análises, e nas considerações finais, levantaremos o nosso parecer sobre as análises dos textos selecionados e as conclusões sobre a pesquisa realizada.

A mídia, seja ela pública ou privada, tende a ser manipulada por aquele que detém o poder ou a posse dela. Sendo assim, gerar um debate sobre o papel da EBC na sociedade e sua autonomia é de suma importância, e cria a dúvida que rege este trabalho: a EBC é realmente independente e democrática?

1 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A metodologia que usaremos ao longo do decorrido trabalho será a desenvolvida pelo teórico Pedro Demo*, em sua publicação *Metodologia Científica em Ciências Sociais* (1995, 3ª ed.). O trabalho nos é inclinado a uma criação de debate sobre a utilização política da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), devido ao nosso interesse mais geral na discussão de mídia pública no Brasil.

A amostragem defendida por Demo nos auxiliará no levantamento do debate em torno do uso político da EBC, a partir da análise de conteúdo das notícias sob o tema impeachment selecionadas entre os dias 17 de abril e 17 de junho de 2016, produzidas pela Agência Brasil, principal agência de notícias do país e veículo integrante da EBC. Escolhemos estas datas pelo fato de que entre os meses de abril e junho, durante a *clipagem* das matérias, algumas idas e vindas na administração da Empresa Brasil de Comunicação – e do país – ocorreram. Tais trocas de diretor-presidente – já mencionadas na introdução do trabalho e levantadas com mais afinco ao longo do mesmo – se deram em meio à crise política vigente no Brasil, que culminou no então afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff e na sucessão do seu vice, Michel Temer.

Enquanto isso, dentro destes dois meses de seleção de notícias, nomeações, exonerações e liminar para evitar a exoneração marcaram a chefia da EBC. Desta forma, ao longo do trabalho, levantaremos o debate do uso político da Empresa Brasil de Comunicação, uma possível mudança de linha editorial e uso como assessoria de imprensa da Presidência, mantendo-nos sempre dentro deste atual cenário histórico contextualizado.

Ao longo do capítulo 3, onde serão realizadas as análises, e nas conclusões finais do trabalho, utilizaremos a tese defendida por Demo sobre análise de conteúdo em pesquisa qualitativa e na hermenêutica. Além disso, durante o capítulo 2, onde

* Graduado em Filosofia, Doutor e Mestre em Sociologia, com Pós-Doutorado na Alemanha e nos Estados Unidos, e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Foi Secretário-Geral Adjunto da Educação de 1979 a 1983 (época em que escreveu o livro *Metodologia Científica em Ciências Sociais*) e Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) entre 1984 e 1985.

será apresentado o histórico da mídia pública no Brasil até a criação da EBC e sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, usaremos como base metodológica para tal as amostragens do autor sobre ideologia, senso comum e ciência.

Sabendo que Demo (1995) considera o cientista como um ator político, com espaço de atuação social, e que influencia e é influenciado, utilizaremos o trabalho do autor como norte. Segundo o mesmo,

Simplificadamente, não são ciência a ideologia e o senso comum. [...] A ciência está cercada de ideologia e senso comum, não apenas como circunstâncias externas, mas como algo que está já dentro do próprio processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado. (DEMO, 1995 p.18)

Consideramos o trabalho importante, principalmente do ponto de vista histórico, pelo momento de tensão política em que estamos passando, e social, por conta do fato da Empresa Brasil de Comunicação ser pública, de todos os brasileiros, se fazendo assim necessário, principalmente no meio acadêmico da comunicação social, o debate em cima de seu uso. Tais ponderações são embasadas naquilo que o autor estudado caracteriza o fenômeno histórico como intrínseco, onde a própria realidade social é ideológica, além de afirmar que a ciência é feita de senso comum – este porque jamais conseguiríamos dominar a realidade como um todo – e de ideologia – porque qualquer conhecimento é influenciado por interesses – (DEMO, 1995), corroborando ainda que “não existe história neutra como não existe autor social neutro; é possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la” (DEMO, 1995 p.19).

Tais colocações são importantes para o decorrer do trabalho quanto à questão política e de debate que ele toma em relação à ideologia do sujeito, ao ir de encontro às definições da Empresa Brasil de Comunicação e das ações do Governo Federal. Segundo Demo (1995), “este propósito é fundamental para não fazermos da atividade científica a produção inventada da realidade”. Ainda segundo o autor,

O controle (da ideologia) é feito, primeiro, pelo reconhecimento crítico e autocrítico de que todos somos inevitavelmente ideológicos e, segundo, pela submissão de toda postura ideológica ao critério da discutibilidade, impedindo que se torne fechada, fanática, ativista. (DEMO, 1995 p. 29)

O autor Pedro Demo (1995) também cita alguns aspectos internos que fazem parte da pesquisa científica. Entre os internos, o autor cita alguns que levaremos

conosco ao logo do trabalho: 1. **Coerência**: é o discurso que estabelece seu ponto inicial e evolui sem entrar em contradição, além de chegar a conclusões congruentes entre si e com as premissas iniciais, e que será levado como base para seguirmos a análise da EBC de maneira coesa; 2. **Consistência**: é a capacidade do discurso de resistir e superar argumentações contrárias, como por exemplo as definições da Empresa Brasil de Comunicações de independente e democrática; 3. **Objetivação**: é a tentativa de descobrir a realidade social tal qual ela é, que no nosso caso seria a busca pela descoberta da maneira que a EBC é utilizada pelo Governo Federal.

As teses defendidas pelo autor ainda irão ajudar a localizar similaridades e distinções entre as matérias selecionadas como amostragem, dentro da metodologia de análise de conteúdo, que Demo (1995 p. 246) considera importante “saborear as entrelinhas, porque muitas vezes o que está nas entrelinhas é precisamente o que não se queria dizer”. Utilizaremos tal enfoque do autor para analisar as pretensões da Empresa Brasil de Comunicação em suas mais de 380 matérias selecionadas sob a *tag** impeachment, onde tentaremos comprovar um uso político da empresa pelo Governo Federal, enquanto a mesma deveria ser – assim como a própria EBC se define – independente e democrática. Destacamos aqui uma declaração do autor sobre esta metodologia:

Diante, por exemplo, de 100 depoimentos, é mister sistematizar, catalogar, descobrir relevâncias que se repetem, estabelecer aspectos mais e menos incisivos. Não se despreza a forma, mas vê-se nela um passo metodológico, não a finalidade. (DEMO, 1995 p.246)

Para o autor, a hermenêutica é a forma tradicional da metodologia em interpretar, analisar, compreender textos, principalmente relacionados à comunicação humana. Demo (1995) define a mesma como especialista “em perscrutar o sentido oculto dos textos, na certeza de que no contexto há por vezes mais do que no texto”. A amostragem defendida pelo autor, aliada à análise de conteúdo nos auxiliará na referente pesquisa, precisamente, no capítulo 3 e nas considerações finais, onde será de suma importância uma compreensão do material selecionado. O autor define compreensão como uma “relação diagonal que nada reduz a objeto e exige do intérprete empatia, capacidade de se colocar no lugar” (DEMO, 1995 p.249).

* Tema, conteúdo, etiqueta

Introduzir a esta realidade, a esta metodologia o contexto do trabalho em que estamos pesquisando é de suma importância para haver a hermenêutica. O contexto de criação da Empresa Brasil de Comunicação, as nomeações e exonerações, o processo de impeachment e todas as ações políticas a isso relacionadas se fazem necessários para uma melhor análise, compreensão daquilo que pretendemos pesquisar. Segundo o autor,

Para se chegar a compreender este sentido oculto, há que conhecer antecedentes, o passado que ficou, a cultura que o gerou, a maneira peculiar de ser, a circunstância momentânea. Nenhum conteúdo está todo no texto, pois se tal coincidência existisse, nada precisaria de explicação. (DEMO, 1995 p. 248)

Compreender os significados e apreender as preferências é tarefa de hermenêutica, que precisa saber equilibrar a capacidade formal com a percepção política (DEMO, 1995). Desta forma, na metodologia da hermenêutica, segundo o autor, “há calor humano, processo formal, confronto dialético, risco histórico” (DEMO, 1995).

A amostragem nos auxiliará a revelar, dentro das matérias selecionadas, as intenções da Empresa Brasil de Comunicação e do Governo Federal, como centro do debate sobre a independência da empresa sobre o mesmo.

2 EBC, MÍDIA PÚBLICA E IMPEACHMENT

Como já destacamos no capítulo anterior, o contexto se faz necessário para que haja uma melhor compreensão do trabalho. Ao longo deste capítulo, apresentaremos o contexto histórico que levou à criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), assim como seu modo de administração e nomeações de seus diretores-presidentes, dentro do debate de sua independência.

Além disso, apresentarem um resumo do atual contexto político brasileiro, desde as eleições presidenciais de 2014 até a crise política instaurada no segundo governo de Dilma Rousseff, que resultou no processo de impeachment da mesma e ascensão de seu vice-presidente Michel Temer ao principal posto do executivo nacional. A apresentação do contexto histórico do trabalho, como já foi exposto anteriormente, é fundamental para a análise e o debate em torno da EBC.

2.1 DA RÁDIO SOCIEDADE À LEI 11.652/08

Com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Edgar Roquette-Pinto, pai da radiodifusão no Brasil, ao Ministério da Educação e Saúde, em 1936, durante o governo Vargas, instituiu-se a primeira mídia pública do país. Além de ser a primeira rádio pública do Brasil, a Rádio Sociedade também foi a primeira emissora radiofônica brasileira, criada em 20 de abril de 1923, por Roquette-Pinto.

À época, em 1932, Getúlio Vargas sancionou o Decreto nº 21.111, que regulamenta a publicidade no rádio, dando início ao sistema onde mais houve desenvolvimento e que hoje comanda a mídia no Brasil: o comercial/privado. O então proprietário da Rádio Sociedade, Roquette-Pinto, negou-se a veicular publicidade na emissora, pois poderia desvirtuar as políticas da rádio, que eram voltadas à educação e à cultura. Por conta disso, a Rádio Sociedade perdeu investimentos e, sem sustentação financeira, Roquette-Pinto decidiu doar ao Ministério da Educação e

Saúde, mediante uma condição: que a rádio não perdesse seu perfil educativo-cultural.

A cultura e a educação também foram motivo para a criação das primeiras emissoras de televisão públicas do Brasil, durante a ditadura militar. A primeira a ser criada foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967. Outra, considerada referência até hoje, é a TV Cultura de São Paulo, criada em junho de 1969.

Para gerir e centralizar as emissoras públicas, tanto de televisão como de rádio, o governo militar criou, em 1975, a Empresa Brasileira de Radiodifusão, também conhecida por Radiobrás. Com sede em Brasília, a empresa era responsável por uma agência de notícias, uma rádio-agência, duas emissoras de televisão e cinco emissoras de rádio do país, além de ser responsável pela produção dos programas Café com o Presidente e Voz do Brasil, de retransmissão obrigatória por todas as emissoras do país.

Em 1988, funde-se com a Empresa Brasileira de Notícias, criando a Empresa Brasileira de Comunicação (precursora da atual Empresa Brasil de Comunicação – EBC), mas sem perder o nome fantasia Radiobrás. A empresa também era responsável pela administração das verbas de publicidade legal das entidades governamentais. Em 2007, quando foi criada a EBC, foi incorporada pela nova empresa pública.

No fim da década de 90, no chamado “governo FHC”, fora criado a TV Nacional Brasil, mais conhecida como TV NBR. A sua criação data do primeiro semestre do ano de 1998, ano de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. À época, críticos do governo tucano afirmavam que o presidente estava utilizando a nova emissora como carro chefe de campanha. Em todo compromisso oficial do chefe do executivo, a TV NBR lá estava.

Segundo a própria página institucional, a “a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) começou a ser idealizada em maio de 2007, quando o tema TV pública foi debatido durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em Brasília” (EBC 2012). No evento, vários representantes da sociedade civil, jornalistas, líderes de movimentos sociais e administradores de emissoras públicas destacaram, principalmente, um cenário pouco amplo de conteúdos alternativos aos comerciais. Deste modo, durante

o evento, se viu necessária a criação de uma emissora pública de televisão, foi realizada uma proposta básica, chamada Carta de Brasília:

Nós, representantes das emissoras Públicas, Educativas, Culturais, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, ativistas da sociedade civil e militantes do movimento social, profissionais da cultura, cineastas, produtores independentes, comunicadores, acadêmicos e telespectadores, reunidos em Brasília, afirmamos, em uníssono, que o Brasil precisa, no seu trilhar em busca da democracia com igualdade e justiça social, de TVs Públicas independentes, democráticas e apartidárias. (I FORUM NACIONAL DE TVs PÚBLICAS, 2007)

O então ministro da Cultura, Gilberto Gil, declarou que “a realização plena e qualificada da televisão pública brasileira é uma das agendas estratégicas para o desenvolvimento cultural do Brasil e a consolidação de um país socialmente justo e antenado nas forças criativas do povo brasileiro” (Caderno de debates do Fórum Nacional de TVs Públicas, 2006, p. 7).

Meses depois do I Fórum Nacional de TVs Públicas, em outubro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória nº 398/07, que culminou na Lei 11.652/08, findando na criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Atualmente, a EBC é o maior veículo público de comunicação existente no país controlando veículos como a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional, assim como as Rádios Nacional do Rio de Janeiro, Brasília, Amazonas e Alto Solimões, além das Rádio MEC do Rio de Janeiro e Brasília. A empresa também tem certa contribuição na produção de conteúdo da Televisão Nacional Brasil (TV NBR), além de difundir conteúdo desta em âmbito nacional e internacional.

Além do controle destes veículos citados, a Lei 11.652/08 também instituiu a criação de órgãos responsáveis pela administração da EBC, sendo eles o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Curador (extinto pela Medida Provisória nº 744, de setembro deste ano) e Ouvidoria. Entretanto, as nomeações destes representantes das diretorias e conselhos da EBC se dão por escolha “monocrática” do Gabinete da Presidência da República, por meio de sua Secretaria de Comunicação Social (Secom). Desde a criação da EBC, os ministros-chefes da Secretaria são:

- Franklin Martins (2007-11) – participou do MR-8 durante a ditadura militar, tendo participado do sequestro do embaixador americano. Fora convidado pelo então Presidente Lula para assumir a Secom.
- Helena Chagas (2011-14) – filha de Carlos Chagas, ministro da Secom no governo Costa e Silva (1967-69), foi convidada para ser diretora da EBC em 2007 e, em 2010, trabalhou como coordenadora de imprensa na campanha presidencial de Dilma Roussef.
- Thomas Traumann (2014-15) – foi assessor da Casa Civil, até ser convidado por Helena Chagas para ser seu assessor na Secom, em 2011, substituindo-a em fevereiro de 2014.
- Edinho Silva (2015-16) – foi eleito Deputado Estadual em São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores em 2010 e foi convidado por Dilma Roussef a assumir a Secom em março de 2015.
- Olavo Noleto (2016-16) – trabalhou como secretário-executivo da Secom, a convite de Edinho Silva, e ocupou o cargo de ministro-chefe interino da secretaria entre a saída de Edinho e o início do governo provisório de Michel Temer. Olavo também presidiu o Conselho de Administração da EBC.
- Marcio de Freitas Gomes (2016-) – fora assessor de Temer enquanto este ainda era vice-presidente. Assumiu a Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa Civil da Presidência da República, antiga Secom, que foi retirada do status de ministério com o novo governo. Marcio também assumiu a presidência do Conselho de Administração da EBC.

Estes nomes, todos ligados de certa forma ao Presidente da República na época da escolha, também escolhiam os nomes para os principais cargos na chefia da EBC. O atual presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Laerte Rimoli, nomeado diretamente por Michel Temer, foi ministro da Comunicação durante o governo FHC e coordenador da campanha presidencial de Aécio Neves em 2014, do PSDB, um dos principais partidos da base aliada do governo Temer, além de ter sido convidado por Eduardo Cunha a assumir a TV Câmara, em 2015.

Laerte substituiu Ricardo Melo, nomeado às pressas por Dilma Roussef, em meio à crise política, logo após o processo de impeachment ser aceito pela Câmara dos Deputados. Entretanto, quando Temer assumiu interinamente o governo federal

e exonerou Melo, o mesmo recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal, tendo retornado ao cargo em 2 de junho de 2016, após decisão liminar do ministro Dias Tóffoli. Em setembro do mesmo ano, o mesmo ministro Tóffoli cassou a liminar que mantinha Melo na presidência, deixando o caminho livre para Rimoli assumir novamente a Empresa Brasil e Comunicação.

Melo já era diretor de jornalismo da EBC, desde agosto de 2015, quando assumiu a presidência da empresa, no dia 3 de maio de 2016. O mandato, assim como o estatuto da EBC garante, deve ser exercido por quatro anos, independente da troca de governos, podendo ser intervindo pelo Presidente da República em Exercício caso haja uma infração legal ou decisão do Conselho Curador (Lei 11.652/08).

Em setembro de 2016, quando Ricardo Melo foi retirado da presidência da EBC, o presidente Michel Temer, por meio do Presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, presidente em exercício quando da data, também assinou a Medida Provisória nº 744, onde, além de exonerar Melo, altera o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação, extinguindo o Conselho Curador da empresa (In Agência Brasil, 2016).

Por sua vez, Ricardo estava no lugar de Américo Martins, que desde fevereiro de 2015 assumiu a EBC, e pediu demissão do cargo após uma greve dos funcionários da empresa, em novembro de 2015, que reclamava, entre outros problemas, de uma suposta intervenção política do governo federal na EBC. Segundo uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo (2016), o governo “teria pedido para indicar nomes e a grade de programação também era acompanhada de perto por integrantes do Planalto”, fato que teria feito Américo Martins pedir demissão da empresa.

À época da greve, em novembro de 2015, a jornalista da EBC e representante dos empregados da empresa, Priscila Kerche, em matéria publicada no jornal Estadão (FERNANDES e GALHARDO, 2015, In Estadão), afirmou que “50% dos contratados da estatal não são concursados e, portanto, sujeitos a terem conseguido o emprego por meio de indicação política”.

Quando Américo saiu da empresa, o ministro Edinho Silva alegou oficialmente “motivos pessoais” para a saída. Entretanto, segundo sua própria página institucional,

a EBC se diz uma empresa que tem “autonomia e independência em relação ao governo federal para definir produção e veiculação de conteúdo” (EBC, 2016).

Alguns representantes de movimentos sociais e civis que lutam pela democratização da mídia consideram o modelo de gestão da EBC inadequado, desde antes da extinção do Conselho Curador. Segundo MAGALHÃES (apud CRESQUI 2010), apesar de considerar as nomeações legítimas, por se tratar de um órgão público, “se a ideia é se distanciar do modelo estatal, o conselho deve ser representativo de entidades de interesse público”. O autor ainda pondera que a escolha dos membros da administração pelo Presidente da República corrobora que o critério é pessoal, podendo ser considerado até político. “Não podemos chamar de democrático”, afirma MAGALHÃES (apud CRESQUI 2010).

Ainda segundo sua página na internet, a empresa pública, devido à sua independência, se destaca como distinta dos moldes dos canais estatais ou governamentais, apesar de controlar os mesmos – como a TV NBR, por exemplo. Segundo Ramos (2008), há uma confusão expressa no Artigo 223 da Constituição Federal que se constitui como uma “armadilha normativa”:

No Brasil, a ideia, inscrita na Constituição, de sistemas complementares, estatal, público e privado, separa equivocadamente o público do estatal, como se um pudesse existir sem o outro, além de induzir a uma confusão conceitual entre Estado e governo. (RAMOS, 2008, p.5)

Esta confusão permeia o sistema de produção da Empresa Brasil de Comunicação, uma vez que a empresa se diz distante dos moldes estatais, mesmo os veículos estatais fazendo parte da “anatomia corporal” da EBC. Com relação a isso, Buruti e Carvalho (2012) complementam que “neste aspecto, a EBC ocupa um lugar ainda desconhecido na chamada ‘complementaridade’, uma vez que não estão demarcados por meio de lei os espaços destinados a cada sistema”.

Além disso, o *modus operandi* de se fazer jornalismo em uma mídia pública no Brasil ainda flutua entre um modo comercial ou estatal. Para Oliveira Filho e Coutinho (2012), em seu trabalho sobre a TV pública, em especial sobre a TV Brasil, “exigir do modelo um rompimento imediato com as práticas jornalísticas que marcaram a comunicação no Brasil é improvável – até mesmo pela cultura enraizada no modo de fazer jornalismo dos profissionais que estão à frente dos telejornais públicos”.

Para tratar sobre isso, surgiu, em dezembro de 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação no Brasil (I Confecom), com o fim de debater um novo molde de políticas de comunicação no país. No evento, houve a participação de representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil, com a intenção de haver uma decisão plural para os principais tópicos da área sobre a democratização da comunicação.

Ao todo, foram cerca de 700 propostas relacionadas a diversos temas da área de comunicação aprovadas. Foram elencadas as 20 principais propostas, que findaram no Marco Regulatório das Comunicações, um documento que visa garantir o direito à comunicação e liberdade de expressão a todos os brasileiros, de forma plural. As diretrizes fundamentais do marco são:

- 1) Arquitetura Institucional Democrática
- 2) Participação Social
- 3) Separação de Infraestrutura e Conteúdo
- 4) Garantia de Redes Abertas e Neutras
- 5) Universalização dos Serviços Essenciais
- 6) Adoção de Padrões Abertos e Interoperáveis e Apoio a Tecnologia Nacional
- 7) Regulamentação da Complementaridade dos Sistemas e Fortalecimento do Sistema Público de Comunicação
- 8) Fortalecimento das Rádios e Tvs Comunitárias
- 9) Democracia, Transparência e Pluralidade nas Outorgas
- 10) Limites à Concentração nas Comunicações
- 11) Proibição de outorgas para Políticos
- 12) Garantia da Produção e Veiculação de Conteúdo Nacional e Regional Estímulo à Programação Independente
- 13) Promoção da Diversidade Étnico - Racial, de Gênero, de Orientação Sexual, de Classes Sociais e de Crença
- 14) Criação de Mecanismos de Responsabilização das Mídias por Violações de Direitos Humanos
- 15) Aprimoramento de Mecanismos de Proteção às Crianças e aos Adolescentes
- 16) Estabelecimentos de Normas e Códigos que objetivem a Diversidade de Pontos de Vista e o Tratamento Equilibrado do Conteúdo Jornalístico
- 17) Regulamentação da Publicidade
- 18) Acessibilidade Comunicacional

19) Definição de Critérios Legais e de Mecanismos de Transparência para a Publicidade Oficial

20) Leitura e Prática para a Mídia

Tais diretrizes serviriam para um funcionamento mais democrático de toda e qualquer mídia no Brasil, seja ela pública ou privada.

2.2 DA VITÓRIA NAS URNAS À DERROTA EM BRASÍLIA

Em outubro de 2014, a então presidente Dilma Rousseff reelegeu-se após uma vitória apertada no segundo turno das eleições sobre o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Aécio Neves. Com 51,6% de Dilma – mais de 54,5 milhões de votos – sobre 48,3% do candidato tucano, a vitória foi considerada a mais acirrada desde a redemocratização do país, após o período da ditadura militar (Partido dos Trabalhadores, 2014).

A reeleição de Dilma significou uma sequência de mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), que já estava no Governo Federal há 12 anos – na época das eleições. Tal continuidade começou através da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, após oito anos de mandato de um presidente tucano*, Fernando Henrique Cardoso.

Desde a redemocratização do país, Lula já havia sido candidato em todas as eleições presidenciais diretas, entretanto, quando conseguiu chegar à presidência, alguns partidos de sua base aliada eram de posições e ideais políticos opostos ao do próprio PT – como inclusive o do candidato a vice, José Alencar, do antigo Partido Liberal (PL), hoje Partido Republicano (PR) – fato que causou uma desconfiança às alas mais esquerdas da coligação.

As coligações do PT com partidos de direita e centro-direita aumentou no pleito de 2010, que elegeu Dilma Rousseff como a primeira mulher a presidir o país. Naquele

* Apelido dado aos políticos do PSDB. O tucano é o mascote do partido.

ano, os partidos ditos de “centro-direita” coligados com o PT eram o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o já citado PR, do antigo vice de Lula, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do candidato à vice-presidente de Dilma na chapa, Michel Temer, tanto da eleição de 2010 como na de 2014.

Para a reeleição de Dilma, em 2014, o PSC não apoiou a candidatura para lançar uma chapa própria para a disputa presidencial. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores recebeu o apoio, além dos partidos que já aviam ajudado em 2010, do Partido Progressista (PP), do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Republicado da Ordem Social (PROS), ambos de centro-direita. Seu candidato a vice-presidente seguira sendo o nome de Michel Temer, do PMDB, que nas eleições de 2002 e de 2006 apoiara as candidaturas do PSDB.

A campanha presidencial de 2014 começou com o triste fato do acidente aéreo que resultou na morte do então candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em seu lugar, o PSB lançou Marina Silva à presidência.

Também concorreram às eleições presidenciais de 2014, além de Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB), os candidatos Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV), Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC), José Maria Eymael, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), José Maria de Almeida, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Levy Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Mauro Iasi, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO).

Ao longo do segundo turno das eleições, disputado entre Dilma e Aécio, o candidato tucano usava sua campanha eleitoral para levantar ao clamor pública a questão envolvendo casos de corrupção dentro do governo petista. O principal caso utilizado pela campanha do PSDB era o de desvio de verba pública na Petrobras por meio de contratos com empreiteiras. O suposto esquema beneficiava os partidos PT, PMDB e PP, que indicavam nomes para a diretoria da estatal, e, supostamente, recebiam propina das empreiteiras, que combinavam preços em contratos bilionários com a Petrobras.

À época, Dilma considerou as acusações caluniosas por serem realizadas em véspera de eleições. Mesmo com as investigações e a mídia, principalmente, privada, intensificarem seu foco no caso e a campanha de Aécio atacar a campanha petista ao tocar no assunto veementemente, o resultado das eleições foi a favor de Dilma Rousseff e do projeto de continuidade do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, a vitória apertada por menos de 3% de diferença já demonstrava um sinal de alerta ao projeto de governo que se mantinha no poder. Logo em seus primeiros meses do segundo mandato, diversos protestos influenciados e intensificados por conta das investigações, cada vez mais midiaticizadas da Polícia Federal sobre a Operação Lava Jato*, a operação que investiga o caso de corrupção da Petrobras, tomaram as ruas das capitais e principais cidades do país (Folha de São Paulo, 2015), com coberturas cinematográficas da grande mídia.

Em contrapartida, inúmeras manifestações a favor do governo Dilma – não tão cobertas midiaticamente como as contra a presidente petista – também tomaram as principais cidades do Brasil em defesa do resultado das eleições gerais de 2014 e do mandato da presidente, desde da reeleição já abalado pelo escândalo de corrupção envolvendo a estatal.

Como o suposto caso de corrupção envolvendo os principais partidos da base aliada do governo nas eleições de 2014 não fora ocorrido durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, e a mesma não fora alvo formal da investigação, o fato não poderia ser utilizado como forma de retirada do posto executivo da mesma.

A situação é agravada quando o pedido de impeachment por crimes de responsabilidade fiscal e emissão de seis decretos de créditos suplementares é aceito pelo presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015 (Agência Brasil, 2015).

Aqui vale criar um adendo sobre este político emblemático para o processo: Cunha, eleito deputado pelo PMDB do Rio de Janeiro – partido da base aliada nas eleições de 2014 – foi preterido pelo governo pelo deputado Arlindo Chinaglia, do

* Nome dado à operação da Polícia Federal se dá devido ao fato de que, em suas primeiras investigações, fora descoberto um suposto uso de redes de postos de gasolina para lavagem de dinheiro.

PSD, quando da votação pela presidência da Câmara dos Deputados, no início de 2015. Entretanto, com maioria na casa, Cunha elegeu-se presidente, criando assim uma rusga com o governo. O parlamentar tornou-se o inimigo número um do governo quando os deputados líderes do governo na Câmara anunciaram ser a favor da abertura de um processo contra o deputado por quebra de decoro parlamentar, ao negar que, supostamente, teria contas na Suíça usadas para receber propina (o deputado chegou a ter seu mandato cassado na Câmara em setembro de 2016).

Os líderes da bancada do PT na Câmara acusaram Eduardo Cunha de ter aceito o pedido de impeachment por chantagem, pelo fato deles terem sido a favor da abertura do processo de quebra do decoro parlamentar de Cunha (LOURENÇO, 2015, In Agência Brasil). Dias após o pedido do processo ser aceito pelo presidente da Câmara, o governo entra com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular o processo. O STF suspende o processo temporariamente para elaborar um rito válido constitucionalmente, até que no dia 17 de dezembro, por ampla maioria, aceitar o seguimento do impeachment na Câmara dos Deputados.

Em meio a isso tudo, a tensão entre o PT e o PMDB aumentou devido ao vazamento de uma carta enviada por Michel Temer à Dilma Rousseff. No texto, Temer se diz desapontado e refere-se como um “vice decorativo”, por não participar de decisões do governo, afirmando que era chamado apenas para lidar com questões internas relacionadas ao PMDB (TEMER apud Agência Brasil, 2015), principal partido da base aliada ao governo.

O partido permaneceu dividido com relação ao impeachment até o final do rito, entretanto, suas principais figuras políticas e a maioria de seus deputados e senadores foram a favor do processo. Algumas semanas antes da votação da abertura do impeachment na Câmara dos Deputados, o PMDB saiu da base aliada do governo quando anunciou rompimento com o mesmo. Outro partido aliado que anunciou rompimento foi o Partido Progressista.

No início de abril, a comissão especial do impeachment na Câmara aprova o parecer pela abertura do processo por 38 votos a favor e 27 votos contra. No Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016 – escolhido como o primeiro dia de clipagem do material a ser analisado – em uma sessão com mais de nove horas

de duração, onde seriam necessários 342 votos a favor para a abertura do processo, o resultado superou o necessário: foram 367 votos a favor, 137 votos contra, nove abstenções e duas ausências. Com este resultado, o processo de impeachment foi aberto pelos parlamentares e enviado ao presidente do Senado Federal, o senador Renan Calheiros, do PMDB.

A comissão especial do impeachment no Senado vota, no dia 6 de maio, o parecer favorável à abertura da votação no plenário sobre o afastamento temporário pelo período de até 180 dias da presidente Dilma Rousseff, com a votação marcada para o dia 11 de maio. Enquanto o processo tramitava no Senado, o então deputado Eduardo Cunha fora afastado da presidência da Câmara dos Deputados e seu substituto, Waldir Maranhão, do PP, publicou uma nota, no dia 9 de maio, anulando a votação do impeachment na Câmara, alegando que a aprovação aconteceu de forma incorreta. Quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, não aceitou a nota e afirmou que o rito iria continuar, Maranhão revogou a própria decisão e desistiu de anular a votação do impeachment.

No dia 11 de maio, em sessão que teve início às 10 horas da manhã e durou mais de 20 horas – tendo sido encerrada na manhã do dia 12 – os senadores votaram a favor do afastamento temporário de Dilma Rousseff. Foram 55 votos a favor, 22 votos contra e duas ausências na votação.

Na tarde do mesmo dia 12 de maio, Dilma Rousseff fora intimada a se afastar do cargo enquanto o processo seguia para sua fase final no Senado. Enquanto isso, seu vice-presidente, Michel Temer, é notificado a assumir o cargo interinamente – pouco mais de um mês do início do governo interino, no dia 17 de junho de 2016, encerramos a seleção de material para análise.

No dia 31 de agosto, na fase final do processo, a presidente Dilma Rousseff teve seu mandato cassado por 61 votos favoráveis ao impeachment, 20 contrários e nenhuma abstenção ou ausência (GONÇALVES e MELO, 2016, In Agência Brasil). Com a queda, cai também o projeto de continuidade do PT e seus mais de 13 anos no poder.

3 ANÁLISE

Ao longo deste capítulo, analisaremos o conteúdo das matérias selecionadas. Como já explanamos previamente, ao todo, desde o dia 17 de abril até 17 de junho de 2016, foram selecionadas mais de 380 notícias produzidas e veiculadas pela Agência Brasil, principal agência de notícias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), das quais escolhemos aleatoriamente uma de 18 em 18 matérias, chegando a um número de 20 notícias selecionadas de modo aleatório, e mais uma escolhida pelo graduando devido à sua importância no contexto do trabalho.

Dividiremos este capítulo de análise em algumas seções para dar mais dinâmica ao processo. Num primeiro momento, em aspectos gerais das notícias selecionadas, analisaremos as primeiras visões que as mesmas passam, além dos erros ortográficos e de coerência nos textos.

Após isso, apresentaremos tópicos específicos, onde abordaremos nossa análise de conteúdo dos textos da Agência Brasil, quando os mesmos tratam de temas como ‘manifestações’, ‘crise política’, ‘processo de impeachment’ em si, ‘votações’ e outros assuntos que achamos relevante retratar.

Assim, dentro de cada tópico específico, manteremos uma uniformidade na análise, sem haver alguma confusão e perda de sentido. Finalizaremos o capítulo fazendo nossas análises finais sobre o material selecionado.

3.1 ASPECTOS GERAIS

Neste primeiro momento, analisaremos as notícias de um modo geral, como um todo. Daremos nossa primeira avaliação, de como percebemos as 21 notícias finais selecionadas dentre os dias 17 de abril até 17 de junho. Falaremos também dos erros ortográficos e alguns erros de coerência textual, que podem causar engano na forma de compreender o texto pelo leitor.

3.1.1 Primeiras impressões

Ao nosso primeiro ver, as notícias sobre o impeachment minguaram, ou seja, quando começamos a seleção do material, havia um fluxo muito grande de notícias relacionadas ao processo de impedimento de Dilma Rousseff, que foi sendo reduzido gradativamente, principalmente após o afastamento da presidente e a chegada ao poder pelo seu vice, Michel Temer. No primeiro dia de clipagem, por se tratar pelo dia de votação da abertura na Câmara de Deputados, há um imenso número de notícias, algo completamente oposto ao que se percebe no mês de junho – últimos dias de clipagem – quando há dias em que nada é publicado sobre o impeachment.

Também se faz perceptível uma redução no tamanho das notícias, onde no início se vê, além de notas curtas, reportagens grandes, principalmente, sobre o processo do impeachment em si, sobre manifestações e sobre o posicionamento dos parlamentares antes e durante as votações, tanto na Câmara de Deputados como no Senado Federal.

Após o afastamento de Dilma Rousseff, nos primeiros dias, vê-se algumas matérias mais extensas, principalmente, sobre os novos ministros do Governo Temer. Entretanto, as notícias começam, além de minguarem, a serem reduzidas a notas curtas de cerca de três ou quatro parágrafos, mesmo com o processo todo de impeachment não tendo chegado ao seu fim – fato que foi ocorrer apenas no dia 31 de agosto, dois meses e meio após o cessarmos as clipagens de material.

3.1.2 Erros ortográficos e de coerência

Há, no texto de algumas matérias, erros de digitação, como falta de espaços entre palavras e falta de conjunções para ligar orações ou ideias, além de outra com um erro de construção da oração, que cria uma certa confusão. Tais erros, por parte

dos redatores das matérias, sem contar a notícia que contém erro de construção da oração, não interferem no sentido do texto, mas, mesmo assim, se faz necessário destacá-los.

Na primeira das 21 matérias selecionadas como material de análise, “Câmara encerra fase de discussão do impeachment após 43 horas de debates” (em Anexos, texto 1), do dia 17 de abril, por Ivan Richard e Paulo Victor Chagas, repórteres da Agência Brasil, se faz perceptível uma perda de sentido em um dos parágrafos finais do texto. No seguinte parágrafo do texto está escrito

As discussões foram marcadas por intensas manifestações contrárias à presidenta Dilma, pedidos de “Fora, Cunha” e com o uso de bordões como “Não vai ter golpe”. Deputados favoráveis ao impeachment levaram cartazes com “Impeachment já” e “Tchau, querida”, enquanto os governistas exibiam placas contra o que consideram golpe e pela “defesa da democracia”. (RICHARD e CHAGAS, 2016 In Agência Brasil)

Os termos utilizados na primeira oração criam uma confusão no leitor, que já não sabe, ao nosso ver, se as manifestações de “Fora, Cunha” e “Não vai ter golpe” são contrárias à presidenta Dilma, ou seja, favoráveis ao impeachment, ou se são – como já é sabido devido ao contexto histórico apresentado – favoráveis à ela, logo, contrárias ao impeachment.

Na matéria “Relator do impeachment diz que população foi enganada pelo governo Dilma” (em Anexos, texto 2), publicada no dia 17 de abril e assinada pela repórter Karine Melo, da Agência Brasil, assinalamos a falta da conjunção ‘e’ na oração

Ao pedir votos pela abertura do impeachment da presidenta, Arantes disse que a população foi “enganada” pela chamada “contabilidade criativa” do governo Dilma que, segundo ele, resultou em inflação, desemprego, alta de juros, perda de credibilidade. (MELO, 2016 In Agência Brasil)

Ao nosso ver, por mais que não mude o sentido da frase, a conjunção seria necessária entre os termos ‘alta de juros’ e ‘perda de credibilidade’, findando a oração de maneira mais sucinta.

Já na notícia “PTN e PSC orientam votação pelo impeachment, PCdoB se manifesta contra” (em Anexos, texto 3), também do dia 17 de abril e de autoria de Karine Melo, há um erro de digitação na palavra – que acreditamos que seja – ‘mancha’. Na oração, está escrito “Para o líder do PCdoB, a saída para a crise não é

um governo do PMDB, que na visão dele, seria “ilegítimo e de exceção” e já nasceria com a “*macha* da ilegitimidade” (MELO, 2016). Acreditamos que o real motivo tenha sido a inserção da palavra ‘mancha’, mas que, por erro de digitação, acabou sendo publicado como ‘macha’.

Na última matéria do dia 17 de abril selecionada aleatoriamente “Nos dois lados do muro da Esplanada, comemorações e vaias a cada voto” (em Anexos, texto 4), de Aline Leal e Yara Aquino – uma das matérias mais longas de todas as mais de 380 clipadas previamente – há um erro de digitação na frase “Com muito barulho, comemorações ou vaias a cada voto favorável ou contrário *aoimpeachment* da presidenta Dilma Rousseff” (LEAL e AQUINO, 2016 In Agência Brasil).

Acreditamos que todos os erros, sejam eles de digitação ou de sentido nas orações das matérias publicadas no dia 17 de abril, se deram por conta de uma movimentação intensa – e até um possível cansaço – dos jornalistas para a realização da cobertura da votação da admissibilidade do impeachment na Câmara de Deputados.

Na notícia “Indicados pela oposição falam hoje na comissão de Impeachment no Senado” (em Anexos, texto 6), publicada no dia dois de maio, de autoria de Carolina Gonçalves e Karine Melo, acreditamos que haja uma palavra ‘se’ erroneamente adicionada à uma oração da matéria, mas que em nada modifica seu sentido. Na frase “No dia 5, a defesa da presidenta terá mais uma oportunidade de se falar na comissão” (GONÇALVES e MELO, 2016 In Agência Brasil), o ‘se’ se faz desnecessário. Ao nosso ver, a intensão das repórteres talvez fosse de escrever “mais uma oportunidade de se defender na comissão” ao invés do que foi publicado. Em nada muda o sentido do texto, mas ponderamos como desnecessária a presença do ‘se’.

Já o caso da notícia “Dilma: impeachment é motivado pela escolha do governo de gastar com os pobres” (em Anexos, texto 9), do dia sete de maio, escrita por Mariana Jungmann, é de certa forma estranho. O texto começa com a seguinte oração: “A presidenta Dilma Rousseff voltou hoje (14) a afirmar que o processo de impeachment contra ela é uma tentativa de golpe e disse que vai “resistir até o fim”” (JUNGMANN, 2016 In Agência Brasil). A notícia foi publicada no dia 7 (sete) de maio,

entretanto, em sua primeira frase, diz que o dia de tal declaração de Dilma foi “*hoje* (14)”. Após seis meses de sua publicação, o erro ainda está no site da Agência Brasil.

Na notícia “Waldir Maranhão anula votação do impeachment na Câmara” (em Anexos, texto 10), de Caroline Gonçalves, publicada no dia nove de maio, o erro se faz presente na oração “O presidente interino da Câmara determinou nova sessão para votação do processo *deimpeachment* na Casa, a contar de cinco sessões a partir de hoje (9)” (GONÇALVES, 2016 In Agência Brasil), quando há falta de espaçamento entre as palavras ‘de’ e ‘impeachment’.

Na notícia “Senado está pronto para iniciar sessão do impeachment” (em Anexos, texto 13), veiculada no dia 11 de maio, assinada também por Carolina Gonçalves e Karine Melo, há a falta da palavra ‘do’, na frase “Com dimensões bem menores do que a Câmara, no plenário Senado, além de parlamentares, só está autorizada a entrada de pessoas com credenciamento especial para hoje” (GOLÇALVES e MELO, 2016 In Agência Brasil). Acreditamos que o mais coerente para o caso seria adicionar a palavra ‘do’, completando a frase “plenário do Senado”.

Já na notícia “Ministra argentina vê com preocupação situação política brasileira” (em Anexos, texto 18), a falta de uma palavra se faz presente no título da matéria. O texto, escrito por Monica Yanakiew, correspondente da EBC na Argentina, e publicado no dia 13 de maio, teria um título mais coeso se o mesmo tivesse a palavra ‘a’ entre ‘preocupação’ e ‘situação’, formando o seguinte título: “Ministra argentina vê com preocupação a situação política brasileira”.

Nas notícias “Não há como definir o prazo para processo de impeachment de Dilma, diz Lewandowki” (em Anexos, texto 19), de Ivan Richard, do dia 18 de maio, “Lewandowski mantém decisão da Comissão do Impeachment sobre testemunhas” (em Anexos, texto 20), de André Richter, do dia sete de junho, e “STF nega pedido de habeas corpus para barrar impeachment de Dilma” (em Anexos, texto 21), de Michelle Canes, do dia 16 de junho, há a falta de espaços entre duas palavras.

Na primeira matéria das três citadas acima, na oração “O ministro concedeu a liminar em uma ação apresentada pelo advogado Mariel Marley Marra contra Cunha, que havia negado a continuidade do processo de *impeachment* contra o então vice-

presidente da República” (RICHARD, 2016 In Agência Brasil) se percebe a falta de espaço entre as palavras ‘impeachment’ e ‘contra’.

Assim como na primeira notícia, na segunda também há um erro junto à palavra ‘impeachment’. Na frase “O recurso foi decidido por Lewandowski porque o ministro atua no processo de *impeachment* como instância recursal dos procedimentos adotados pelo presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB)” (RICHTER, 2016 In Agência Brasil) há falta do espaçamento entre as palavras ‘impeachment’ e ‘como’.

Já na terceira matéria, na frase “Nas duas ações, o ministro Marco Aurélio abriu divergência por entender que o habeas *corpus* não pode ser negado por decisão monocrática do relator, mas foi voto vencido” (CANES, 2016 In Agência Brasil) também há falta de espaço, desta vez entre o termo ‘habeas corpus’ e a palavra ‘não’. Mesmo com os erros evidente, não há perda de sentido nas orações.

Como já foi abordado antes, os erros, em sua maioria, não criam uma perda de sentido nas matérias. Entretanto, se faz necessário destaca-los mesmo assim.

3.2 ASPECTOS ESPECÍFICOS

Dentro dos aspectos específico, separaremos as 21 notícias em tópicos distintos onde cada uma se insere melhor. Para as matérias que falam sobre manifestações, sejam elas pró ou contra o impeachment, faremos sua análise dentro do tópico ‘Manifestações’, e assim sucessivamente com ‘Crise Política’, ‘Processo de impeachment’, ‘Votações’ e ‘Outros assuntos’.

3.2.1 Manifestações

Neste primeiro tópico dos aspectos específicos, analisaremos as quatro notícias relacionadas às manifestações populares, sejam elas a favor ou contra o processo de impeachment do governo Dilma Rousseff, publicadas pela Agência Brasil, entre os dias 17 de abril e 17 de junho.

A notícia “Nos dois lados do muro da Esplanada, comemorações e vaias a cada voto” (em Anexos, texto 4), do dia 17 de abril – o primeiro dia de coleta de material – e assinada por Aline Leal e Yara Aquino, repórteres da Agência Brasil, trata de uma cobertura das manifestações que ocorreram na Esplanada dos Ministérios, enquanto a Câmara dos Deputados votava a admissibilidade do impeachment. O texto conta com 12 parágrafos, e tem como características uma cobertura, ao nosso ver, imparcial, pois é dividido em duas partes: as manifestações pró-impeachment e pró-Dilma.

Acrescentamos que, apesar de considerarmos imparcial, há um número maior de vozes destacadas no lado das manifestações pró-impeachment, quando foram ouvidos cinco manifestantes, contrastando com apenas uma voz do lado das manifestações pró-Dilma.

A notícia “Manifestantes desocupam Salão Nobre do Palácio do Planalto” (em Anexos, texto 11), do dia nove de maio, assinada pela jornalista Ana Cristina Campos, trata da saída de manifestantes contra o impedimento de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto. O texto é curto, pois conta com apenas três parágrafos de leitura rápida, e tem caráter factual, escrito de forma piramidal*. Não é dada voz a nenhuma representação, pois apenas apresenta informações e fatos sobre a ocupação do Palácio do Planalto e sua breve desocupação.

A matéria “São Paulo tem 121 km de lentidão por causa das manifestações contra impeachment” (em Anexos, texto 12), do dia 10 de maio, assinada por Marli Moreira, trata dos reflexos no trânsito causados por manifestações ao longo da cidade

* Usamos este termo para designar o procedimento jornalístico de escrita de textos, conhecido como pirâmide invertida, onde a maior concentração de informação está no início da matéria.

de São Paulo e região na manhã do mesmo dia. O texto conta com seis parágrafos tem caráter factual, apresentados dados das manifestações, em formato piramidal e com a presença de um lide.

As vozes apresentadas na notícia são técnicas, da assessoria de imprensa do Aeroporto Internacional de Guarulhos e da concessionária Ecopistas, corroborando seu caráter factual na cobertura das manifestações. O seguinte trecho demonstra tal definição:

Uma das manifestações ocorreu fora da capital com bloqueio do acesso à Rodovia Hélio Schmidt, caminho que leva ao aeroporto internacional de Guarulhos, em Cumbica. Segundo a assessoria de imprensa deste terminal, apesar de ter dificultado a chegada de passageiros, a interdição não provocou impacto nos voos. (MOREIRA, 2016 In Agência Brasil)

O parágrafo apontado acima mostra que, mesmo com a utilização da voz da assessoria de imprensa, o texto não perdeu seu caráter factual com relação à cobertura das manifestações em São Paulo.

Na notícia “Grupo a favor do impeachment é expulso de ato pró-Dilma na Cinelândia” (em Anexos, texto 15), do dia 11 de maio, assinada por Vladimir Platonow, é tratado um princípio de confusão em uma manifestação favorável ao governo de Dilma Rousseff na Cinelândia, no Rio de Janeiro. O texto conta com quatro parágrafos, com formato piramidal, e tem caráter factual e parcial, pois, além de relatar informações, dá voz aos participantes do ocorrido.

Com relação às duas vozes apresentadas no texto, sendo uma favorável à Dilma e outra contra, há, ao nosso ver, uma certa discrepância na complexidade das falas. A seguir, destacamos a voz favorável ao governo de Dilma Rousseff, no terceiro parágrafo do texto:

A manifestante Camila de Melo, da direção da CUT, disse que também tinha autorização para a manifestação. “Infelizmente, para eles, nós estávamos em maior número. Estava o carro de som deles, com o Batman em cima, e logo o pessoal contra o golpe começou a chegar e não deixou espaço para eles, que foram embora”, contou Camila. (PLATANOW, 2016 In Agência Brasil)

Enquanto a voz pró-Dilma é mais neutra, sem apelar para um tom inflamado, a voz contra o governo petista é inflamada, podendo ser considerada até enraivecida, como destaca o seguinte trecho da matéria, do segundo parágrafo:

A ativista Denise Castilho, que faz parte do movimento Foro Brasil, que defende a tomada do poder por militares, teve uma de suas faixas rasgadas. “Rasgaram meu banner. Eu me senti numa ditadura. A Dilma vai cair, mas nós não queremos só ela. Queremos uma faxina geral. Nós registramos na PM e na Guarda Municipal a permissão para o nosso protesto”, disse Denise. (PLATANOW, 2016 In Agência Brasil)

Além do tom mais inflamado, destacamos também, sem criar juízo de valor, o fato de a manifestante ser favorável à uma intervenção militar e estar reclamando de uma suposta ditadura.

3.2.2 Crise política

Neste segundo tópico dos aspectos específicos, analisaremos as cinco notícias relacionadas à crise política acarretada pelo processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, publicadas pela Agência Brasil.

A matéria “Governo admite derrota na Câmara, mas diz que pode reverter situação no senado” (em Anexos, texto 5), do dia 17 de abril, primeiro dia de seleção de material, assinada por Pedro Peduzzi, repórter da Agência Brasil, trata de declarações do líder do governo Dilma na Câmara assumindo a derrota na votação na casa, mostrando-se contra a forma na qual foi levado processo à votação pelos parlamentares e afirmando uma possível reversão do quadro no Senado Federal.

Ao longo do texto, se percebe um tom parcial da notícia, visto que, ao longo de seus seis parágrafos, o mesmo dá voz apenas ao líder do governo, o deputado José Guimarães, com citações diretas de grande complexidade e de tom inflamado. Isto é deixado claro, por exemplo, no trecho a seguir:

“Os golpistas venceram aqui na Câmara, mas a luta continua nas ruas e no senado, que pode corrigir essa ação dos golpistas que foram capitaneados por aqueles que não tem autoridade moral para falar em ética”, afirmou Guimarães. Para o deputado, reconhecer essa derrota provisória não significa dizer que a luta terminou. “A guerra não terminou. Vamos agora discutir o mérito no Senado Federal”. (PEDUZZI, 2016 In Agência Brasil)

As utilizações dos termos ‘guerra’, ‘luta’ e ‘golpistas’, além do termo ‘aqueles que não tem autoridade moral para falar em ética’ corrobora o tom inflamado e a utilização de uma complexidade grande em torno daquilo que fora escolhido para ser usado

como a voz do líder do governo na notícia. Os termos, contextualizado com a saídas dos principais partidos da base aliada do governo petista, criam uma temática à notícia baseada na crise política que se deu ao longo do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

A notícia “Com o afastamento de Cunha, base aliada quer anular processo de impeachment” (em Anexos, texto 8), também de Pedro Peduzzi, mas publicada no dia cinco de maio, trata das posições tomadas por deputados sobre a anulação do processo de impeachment após o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados. Ao nosso ver, há uma disparidade no uso das vozes que compõe o texto da matéria, sendo ouvidos cinco deputados a favor da permanência de Dilma no cargo e apenas um contra.

O texto conta com oito parágrafos, de caráter parcial, sendo o primeiro parágrafo o lide na matéria e, dos sete restantes, seis utilizados como forma de defesa da ex-presidente e um contra, o que consideramos, de certa forma, duvidoso. Além disso, o texto se encerra com um parágrafo que contém uma declaração forte e inflamada do também líder do governo, o deputado Afonso Florence, no seguinte trecho:

O líder do PT na Câmara, deputado Afonso Florence (BA), também desqualificou a legitimidade do processo: “todos sabem que Cunha é o artífice e Temer é o fantoche. Não existe legitimidade no processo e impeachment”. (PEDUZZI, 2016 In Agência Brasil)

Tal utilização da voz do deputado, ao fim da matéria, pode ser considerada, ao nosso ver, como uma possível forma de declarar uma opinião subjetiva por parte da Agência Brasil. Também destacamos a citação de deputados do PSOL, Chico Alencar e Luiza Erundina, como se ambos pertencessem à base aliada do governo, visto que o partido não tem participação alguma na base do antigo governo Dilma.

Na notícia “Dilma, impeachment é motivado pela escolha do governo de gastar com os pobres” (em Anexos, texto 9), do dia sete de maio, assinada pela repórter Mariana Jungmann, é tratada uma declaração de Dilma em uma de suas últimas participações em eventos como presidente, quando a mesma avisa aos presentes sobre as intenções do novo governo.

O texto conta com 11 parágrafos e um subtítulo, no qual o assunto retratado é uma declaração da ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu, considerando os seus

colegas ministros que votaram a favor da continuidade do processo de impeachment como “traidores” e “desleais” (JUNGMANN, 2016, In Agência Brasil). A matéria tem um tom parcial, onde avaliamos ter sido apresentada como um instrumento de defesa da ex-presidente Dilma poucos dias antes da votação do afastamento no senado.

O texto conta com algumas citações mais fortes com relação à complexidade e força dada à voz tanto de Dilma Rousseff como de Kátia Abreu. Há também, ao fim da parte do texto relacionado apenas às declarações de Dilma, um tom de derrota antecipada, como percebemos no trecho do oitavo parágrafo “No discurso, a presidenta disse ainda que o novo governo não terá condição de “quebrar” todos os seus programas, mas alertou o público presente de que “eles vão tentar”” (JUNGMANN, 2016).

A matéria “Waldir Maranhão anula votação do impeachment na Câmara” (em Anexos, texto 10), do dia nove de maio e assinada por Carolina Gonçalves, trata da surpreendente suspensão do processo de impeachment pelo Presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, dias após o afastamento de Eduardo Cunha. O texto conta com 11 parágrafos de notícia, sem contar a nota na íntegra ao fim da matéria, quatro subtítulos, com a presença de lide no seu primeiro parágrafo e um caráter factual, com forma piramidal.

Ao longo do texto no primeiro subtítulo, do terceiro ao sétimo parágrafo, é apresentado os porquês da escolha de anular o processo por parte de Waldir Maranhão. Ao fim do mesmo subtítulo, o autor da notícia, mesmo o fato sendo benéfico ao governo, fichou a carreira do deputado, apontando suas citações em depoimentos da Operação Lava Jato, como no seguinte trecho:

Em sua trajetória política, Waldir Maranhão está em seu terceiro mandato como deputado federal. Ele também é alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquemas de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. O parlamentar foi citado por Alberto Youssef como um dos deputados do PP beneficiados por propinas de contratos da Petrobras. Waldir Maranhão é citado, ainda, e inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Miqueias da Polícia Federal, que trata de desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro. (GONÇALVES, 2016 In Agência Brasil)

Acreditamos que tal atitude seja um reflexo da saída e do alinhamento do Partido Progressista (PP) da base aliada do governo para se tornar um dos principais partidos

que almejavam o impedimento de Dilma. Pode-se perceber isso no trecho do parágrafo já citado “um dos deputados do PP beneficiados por propinas” (GONÇALVES, 2016), que pode ser corroborado por aquilo que fora escrito no parágrafo anterior, no seguinte trecho:

Considerado aliado de Cunha na composição da Mesa Diretora, Waldir Maranhão votou contra o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Waldir Maranhão mudou de voto em cima da hora, contrariando a orientação nacional do PP, seu partido. Devido à atitude, o deputado foi destituído da presidência do diretório estadual do partido no Maranhão. (GONÇALVES, 2016 In Agência Brasil)

Na sequência do texto, o mesmo está dividido em três subtítulos que complementam os sentidos entre si, que tratam das posições dos deputados de ambos os lados da questão sobre a anulação da votação do impeachment, com a citação de dois parlamentares líderes do governo Dilma e um líder da oposição. Além disso, ao fim do texto noticioso, há um cronograma do que poderia acontecer no processo, que já estava aceito no Senado Federal, tema do último subtítulo.

O restante da matéria é a publicação na íntegra da nota divulgada por Waldir Maranhão cancelando as sessões da Câmara dos Deputados dos dias 15, 16 e 17 de abril, que decidiu na admissibilidade do impeachment. Vale lembrar que na noite do mesmo dia nove, Waldir Maranhão revogou a decisão de anular o processo, dando seguimento no Senado normalmente.

Na matéria “Edinho Silva: “Brasil amanhece hoje um país menos democrático”” (em Anexos, texto 16), publicada no dia 12 de maio, assinada pela repórter Ana Cristina Campos, se faz perceptível, ao nosso ver, o uso político da Empresa Brasil de Comunicação pelo Planalto. Como já foi citado anteriormente, Edinho Silva era, até o dia 12 de maio, quando fora exonerado, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Gabinete da Presidência da República no governo de Dilma Rousseff.

O uso de Edinho Silva como fonte levanta, ao nosso ver, sérias dúvidas sobre a independência política da EBC. O texto é de caráter parcial, tendo suas citações sido retiradas do blog pessoal do ex-ministro da Secom. A maior parte do texto é preenchido justamente com suas falas, sendo três dos cinco parágrafos da matéria apenas com citações de seu blog pessoal. Dos outros dois parágrafos, um é o lide,

utilizado para dar aspecto de matéria de cunho jornalístico, e o outro é um resumo da votação no senado que aprovou o afastamento da ex-presidente Dilma.

O que nos chama a atenção é que se trata de uma matéria assinada, com elementos de cunho jornalístico para dar este aspecto, mas que mais parece algo encomendado pelo ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, cargo que escolhe os presidentes e diretores da Empresa Brasil de Comunicação.

3.2.3 Processo de impeachment

Neste terceiro momento de análise dos aspectos específicos, levantaremos questões sobre as sete notícias relacionadas ao processo de impeachment em si, que resultou no fim do governo Dilma Rousseff, publicadas pela Agência Brasil.

A notícia “Câmara encerra fase de discussão do impeachment após 43 horas de debates” (em Anexos, texto 1), do dia 17 de abril, assinada por Ivan Richard e Paulo Victor Chagas, trata da sessão mais longa da história da Câmara dos Deputados, iniciada na sexta-feira (15) pela manhã e encerrada na madrugada de domingo (17). O tema da notícia é a fase de discussões da admissibilidade do processo de impeachment a ser votado pela casa no mesmo domingo, 17, e o texto conta com seis parágrafos.

Ao nosso ver, a matéria tem um caráter factual e explicativo, onde foi dado voz aos dois lados da questão: tanto os favoráveis ao impeachment como os contrários. O texto apresenta forma de narrativa jornalística, forma piramidal, com lide e parágrafos subsequentes de desenvolvimento da matéria.

Mesmo quando a notícia apresentou um pouco de parcialidade, em seu quinto parágrafo, apresentou-se uma aproximação dos dois lados no texto – já apresentado quando assinalamos os erros de ortografia e coerência – a seguir:

As discussões foram marcadas por intensas manifestações contrárias à presidenta Dilma, pedidos de “Fora, Cunha” e com uso de bordões como “Não vai ter golpe”. Deputados favoráveis ao impeachment levaram cartazes com “Impeachment já” e “Tchau, querida”, enquanto os governistas exibiam placas

contra o que consideram gole e pela “defesa da democracia. (RICHARD e CHAGAS, 2016)

Tal citação também generalizou fatos que destacamos importantes, como o posicionamento de partidos como o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, que se definiu contrário ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff por conta da defesa à democracia, entretanto não fazia parte da base aliada no governo para ser considerado “governista” pela notícia em questão.

A notícia voltou a ter um caráter factual em seu último parágrafo, separado do restante pelo subtítulo “Votação” – destacamos aqui que a notícia não está no tópico das votações por tratar mais do assunto do processo do que da votação da Câmara - que trata de um serviço para a sessão que ocorreria no dia seguinte, onde seria realizada a leitura do parecer do impeachment e a votação da admissibilidade do processo.

Na segunda notícia selecionada do dia 17, escrita por Karine Melo, “Relator do impeachment diz que população foi enganada pelo governo Dilma” (em Anexos, texto 3), mantém-se o mesmo critério factual e explicativo com relação àquilo que a matéria trata: a última análise do relator do processo do impeachment no plenário da Câmara, o deputado Jovair Arantes, antes da votação pela admissibilidade do impedimento. Também se percebe a forma narrativa padrão de uma notícia, com apresentação do lide em seu primeiro parágrafo e esquema piramidal para o decorrer do texto, que conta com oito parágrafos.

Há uma separação do texto em dois, por conta do subtítulo “Críticas”, onde o texto apresenta as vozes usadas pelo relator do processo para rebater críticas de defensores do governo Dilma. A voz destes contrários ao impeachment não se faz tão presente como a do relator, entretanto está apresentada como no trecho:

O relator rebateu, mais uma vez, críticas dos apoiadores da presidenta da República de que ele teria incluído no relatório fatos estranhos à denúncia inicial dos advogados Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, autores do pedido do impeachment. Arantes disse que não houve “extrapolação” e que o relatório se ateu a eventos ocorridos no exercício de 2015. (MELO, 2016)

Não foi necessário o uso de citações dos deputados favoráveis à Dilma, pois é perceptível o uso da contraposição por parte da repórter, que cita os porquês das

críticas e já contrapõe com aquilo que o deputado relator do processo, Jovair Arantes, apresentou.

A matéria “Indicados pela oposição falam hoje na Comissão de Impeachment no Senado” (em Anexos, texto 6), do dia dois de maio, assinada também por Karine Melo com Carolina Gonçalves, quando o processo já estava tramitando no Senado Federal após a admissibilidade ser aceita na Câmara, anuncia o fato de que testemunhas indicadas pela acusação seriam ouvidas pela comissão do Senado que analisou o processo de impeachment. Também se faz perceptível um caráter factual e explicativo, com o texto em formato piramidal, com cinco parágrafos.

Apesar do título anunciar a presença das testemunhas de acusação, só é informado sobre elas no primeiro parágrafo do texto. Nos subsequentes, há um apanhado geral de como o processo tramitará na Comissão de Impeachment do Senado até ser realizada a primeira votação no plenário da casa, como se percebe no seguinte parágrafo:

De acordo com o calendário acordado pela comissão, depois dessas manifestações, o relator Antônio Anastasia (PSDB-MG) vai apresentar o parecer, e o texto deverá ser discutido no dia 4, de modo que haja tempo hábil para eventuais pedidos de vista nas 24 horas seguintes. No dia 5, a defesa da presidenta terá mais de uma oportunidade de se falar na comissão. (GONÇALVES e MELO, 2016)

Ainda sobre o texto, ao nosso ver, não foi dado voz para nenhum dos lados da questão, visto que a notícia é completamente factual, apenas citando os nomes das testemunhas tanto de acusação como de defesa, além de apresentar a forma de como o processo será realizado no Senado Federal. Não há citação de nenhuma fonte, apenas apresentação de dados, como uma nota.

A notícia “Argumentação de juristas contra o impeachment não muda posições de senadores” (em Anexos, texto 7), assinada por Mariana Jungmann, do dia três de maio – data em que Ricardo Melo é nomeado por Dilma Rousseff para a presidência da Empresa Brasil de Comunicação, com um mandato de quatro anos para cumprir, independente do governo seguinte ao dela – trata sobre a cobertura das testemunhas de defesa da ex-presidente na comissão do Senado Federal sobre o impeachment.

A extensa notícia, com 12 parágrafos e dois subtítulos, apresenta lide e formato piramidal se levamos em consideração que o centro da notícia são os “juristas contra

o impeachment”. As posições dos senadores são abordadas apenas no final do texto, apresentando ainda uma enorme diferença na complexidade das falas escolhidas pela repórter.

Ao longo do texto, se percebe a apresentação das vozes dos juristas responsáveis pela defesa de Dilma na comissão do Senado. A primeira delas é mostrada logo após o lide do texto, onde se resume as falas do diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Lodi Ribeiro.

Após a apresentação do primeiro jurista, é criado um subtítulo, ao nosso ver, com uma certa tendência na sua escolha. Em “Tentação antidemocrática”, é apresentada a voz das outras testemunhas da defesa, onde a primeira, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenère, e do professor de Direito Processual Penal, Geraldo Luiz Mascarenhas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No subtítulo seguinte, “Convicções” apresenta a opinião dos senadores após as falas dos juristas responsáveis pela defesa de Dilma. Ao dar voz aos dois lados da questão, foi escolhido, pelo lado favorável ao impeachment, o senador Waldemir Moka. Segue o parágrafo em que foi dado voz ao mesmo:

“Quero dizer-lhes que, apesar do grande conhecimento jurídico de vossas senhorias, estou convicto de que houve crime de responsabilidade cometido pela presidenta. Esse é meu juízo pessoal, por convicção. Dessa questão eu não arredo pé”, disse. (JUNGMANN, 2016)

Enquanto isso, pelo lado favorável à Dilma Rousseff, a voz do senador Lindbergh Farias foi o escolhido pela repórter. Segue o parágrafo do mesmo, que também é o parágrafo que encerra o texto:

“Primeiro, eles querem pagar os juros para os rentistas e o que sobre fica para o Orçamento, para ser dividido em políticas sociais, em investimento em educação e saúde. O que está por trás disso é uma visão equivocada de uma peça contábil fria. Para nós, o Orçamento tem que ser um instrumento de justiça social, de distribuição de renda, de combate ao desemprego”, argumentou. (JUNGMANN, 2016)

Ao nosso ver, há uma diferença de complexidade nas falas selecionadas pela repórter, onde, a fala do senador favorável ao impeachment é mais fraca de argumentos se comparada à fala subsequente, a do senador contrário ao impeachment. Esta diferença na complexidade das falas levanta uma certa dúvida se

levado em consideração o fato disto ter acontecido no dia em que houve uma troca no comando político da Empresa Brasil de Comunicação, com a nomeação de Ricardo Melo por Dilma Rousseff, dias antes da mesma ser afastada do poder.

A matéria “Não há como definir prazo para processo de impeachment de Dilma, diz Lewandowski” (em Anexos, texto 19), do dia 18 de maio, assinada por Ivan Richard, trata da escolha da data de votação definitiva da ex-presidente Dilma Rousseff no Senado Federal. Nela, é perceptível o caráter factual e explicativo, com forma piramidal, com o texto contendo seis parágrafos e dois subtítulos.

Ao decorrer do texto, o mesmo não perde sua entonação factual, entretanto é dado claro apenas uma voz com citações: a do presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski. Há também uma menção ao senador Raimundo Lira, mas sem o uso direto de sua voz, no seguinte trecho:

Ontem (17), o presidente da Comissão Especial do Impeachment no Senado, Raimundo Lira (PMDB-PB), disse que a intenção é que o julgamento final ocorra antes das eleições municipais de outubro, portanto, antes do prazo de 180 dias em que a presidenta poderá ficar afastada do governo. (RICHARD, 2016 In Agência Brasil)

No restante do texto, a voz do ministro Lewandowski é anunciada dentro de aspas duas vezes, além de quatro vezes indiretamente, como a do senador Raimundo Lira. Mesmo com tantas citações do ministro e uma do senador, o texto não perde sua característica de ser factual do início ao fim.

Tais características de factualidade também são perceptíveis na notícia “Lewandowski mantém decisão da Comissão do Impeachment sobre testemunhas” (em Anexos, texto 20), assinada por André Richter, do dia sete de junho. Também é de se perceber que o texto é de leitura rápida, com frases diretas, apesar de longas, com bastante apresentação de dados e informações, que corroboram sua característica factual e piramidal.

No texto, de oito parágrafos e um subtítulo, há uma troca de fonte constante, novamente o ministro Ricardo Lewandowski e com o senador Aloysio Nunes, como se elas estivessem sendo contrapostas ou conversando. Apesar de tal amostragem, em nenhum momento ao longo do texto há uso de citações diretas – com usos de aspas – apenas sendo utilizada a citação indireta.

No último texto relacionado ao processo de impeachment, a notícia “STF nega pedidos de habeas corpus para barrar impeachment de Dilma” (em Anexos, texto 21), assinado por Michèle Canes, do dia 16 de junho, trata do pedido de habeas corpus para cancelar o processo de impeachment, requerido por cidadãos e negados pelo Supremo Tribunal Federal.

O texto, assim como os últimos analisados, segue o padrão factual, com formato piramidal, e conta com cinco parágrafos. Como já destacamos no tópico “Primeiras impressões”, dentro dos aspectos gerais, as notícias selecionadas ao fim do período de dois meses em que houve a clipagem do material, ficaram cada vez menores e mais diretas, como se fossem notas, dando contraste ao que se via no início do período da seleção das matérias.

As citações usadas são, em sua maioria, indiretas, relatando as ações das fontes destacadas na notícia. Nas duas citações diretas, do Ministro do STF Teori Zavaski, há o uso de um parágrafo inteiro, praticamente, para sua voz.

3.2.4 Votações

Neste tópico dos aspectos específicos, as duas notícias de cobertura das votações do processo de impeachment de Dilma Rousseff, publicadas pela Agência Brasil, serão analisadas.

A matéria “PTN e PSC orientam votação pelo impeachment, PCdoB se manifesta contra” (em Anexos, texto 3), assinada por Karine Melo, no dia 17 de abril, trata da escolha dos partidos por votarem pela abertura do processo do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O texto conta com sete parágrafos e não se faz perceptível a presença de um lide, havendo uma direta chamada para as escolhas do PTN, logo em seguida as do PCdoB, e concluindo com as do PSC, sem haver um parágrafo inicial introduzindo tais informações.

A notícia também trata das escolhas de ambos os lados de forma praticamente igual, dando mais parágrafos de voz ao PCdoB, partido defensor do governo Dilma,

com três parágrafos, enquanto o PTN e o PSC, partidos a favor do impeachment, receberam atenção especial em dois parágrafos cada. Apesar de uma distribuição maior ao partido do governo, o fato de haver a posição de dois partidos contra sendo noticiados dá um aspecto de um texto praticamente democrático.

Já a notícia “Senado está pronto para iniciar a sessão do impeachment” (em Anexos, texto 13), assinada por Karine Melo e Carolina Gonçalves, publicada no dia 11 de maio, minutos antes de ser dado o início da sessão que definiria o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, trata dos preparativos da casa para receber tal sessão, como, por exemplo, o tempo de fala dos senadores e recepção da imprensa. O texto conta com 10 parágrafos e um subtítulo, escrito com característica formal e piramidal.

Ao longo da matéria, não há voz diretamente enunciada, apenas uma menção de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, que serve para dar, ao nosso ver, um tom de autoridade ao servir como fonte da notícia. Tal fato se percebe no seguinte trecho do texto:

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), definiu que os oradores inscritos, contra e a favor do parecer da Comissão Especial do Impeachment, falarão alternadamente por até 15 minutos cada um e apenas um por vez. (GONÇALVES e MELO, 2016 In Agência Brasil)

Além de outro trecho em que o senador é citado:

Renan informou aos senadores sobre a impossibilidade de eles falarem mais do que o tempo determinado, pois os microfones das duas tribunas desligarão automaticamente ao final dos 15 minutos previstos para cada parlamentar. (GONÇALVES e MELO, 2016 In Agência Brasil)

Em ambos os trechos há uma citação ao presidente do Senado, entretanto o caráter factual do texto é preservado de seu início ao fim devido à não utilização de uma declaração direto do mesmo, apenas usando-o como autoridade para fonte da notícia.

3.2.5 Outros assuntos

Neste último tópico dos aspectos específicos, analisaremos as três notícias que não são relacionadas a nenhum dos tópicos já descritos e analisado acima, mas que pertencem à categoria de materiais selecionados sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, publicadas pela Agência Brasil.

A notícia “Votação do impeachment é notícia internacional mais comentada nos EUA” (em Anexos, texto 14), do dia 11 de maio, assinada por José Romildo, correspondente da EBC nos Estados Unidos, trata da sessão no Senado que estava votando o afastamento de Dilma Rousseff e como ela era mencionada nos veículos de comunicação estadunidenses, tornando-se o fato mais comentado do dia nos mesmos. O texto conta com 11 parágrafos, sendo o primeiro o lide e o restante as análises dos jornais americanos, com cada jornal sendo citado em cada parágrafo, e tem caráter parcial, justamente por dar voz às opiniões dos veículos estadunidenses sobre o processo de impeachment.

A matéria cita e usa bastante o argumento, nas vozes dos jornais dos EUA, de que o avanço político e econômico nos 13 anos de poder do Partido dos Trabalhadores será cessado com o afastamento de Dilma. O seguinte trecho em que é citado o jornal New York Times evidencia isto:

Segundo o jornal, a votação do Senado é um divisor de águas na luta pelo poder no Brasil, um país que experimentou um período “raro de estabilidade” política e econômica ao longo das últimas duas décadas. Durante o período, conforme o jornal, o país alcançou destaque no cenário mundial. O jornal assinala que esse ganho agora está se desfazendo com a crise econômica e política. (ROMILDO, 2016 In Agência Brasil)

O parágrafo que destaca a rede de televisão ABC também comenta sobre a situação:

A rede de televisão ABC informa que, depois de se apresentar como defensora da luta contra a corrupção, e de se tornar a primeira mulher a comandar o Brasil, a presidenta Dilma Rousseff está agora a apenas horas de distância de, possivelmente, deixar o cargo. (ROMILDO, 2016 In Agência Brasil)

A próxima notícia selecionada com o tema “Outros assuntos” trata sobre a apresentação do governo interino de Michel Temer. O texto “Próximo a Temer, Eliseu Padilha assume a Casa Civil” (em Anexos, página XX, texto 17), publicada no dia 12 de maio, de autoria de Maiana Diniz, tem seis parágrafos e um subtítulo, e tem caráter

factual, apresentado dados e informações relacionadas ao novo ministro da Casa Civil, durante o governo Temer.

Além disso, o texto não apresenta um lide nem uma forma piramidal, podendo ser considerado mais uma nota de apresentação do que uma notícia jornalística em si. O subtítulo “Trajetória política serve para dar o histórico do político antes de se tornar ministro de Temer, enquanto o texto inicial noticia o fato da nomeação, além de citar que Padilha foi um dos motivos para o rompimento entre PMDB e PT ao fim de 2015, quando deixara a pasta de ministro da Aviação Civil no governo Dilma.

A notícia “Ministra argentina vê com preocupação situação política do Brasil” (em Anexos, texto 18), assinada pela correspondente internacional da EBC, Monica Yanakiew, do dia 13 de maio, trata do posicionamento da ministra das Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra, sobre o afastamento de Dilma Rousseff. Por se tratar de uma notícia baseada em um posicionamento, o texto, que tem quatro parágrafos, é de caráter parcial, apresentando um formato piramidal e um lide.

O posicionamento da ministra argentina é, de certa forma, favorável à Dilma, apesar de apresentar uma dualidade quando comenta sobre o processo. O seguinte trecho do terceiro parágrafo evidencia isto:

Susana Malcorra participou, em Londres, da Cúpula Anticorrupção, convocada pelo primeiro-ministro britânico, David Cameron. Segundo a ministra, a situação brasileira é complicada. “Apesar de poder argumentar que a legalidade foi cumprida, muitos questionam a legitimidade do processo”, disse. “Quando começamos a debater entre legalidade e legitimidade, a situação torna-se muito complexa. O que nós esperamos é que [o processo] conclua, para não acentuar as necessidades e ansiedades do povo brasileiro”. (YANAKIEW, 2016 In Agência Brasil)

Ao nosso ver, tanto a matéria sobre o posicionamento da ministra argentina como a ótica dos veículos americanos sobre o processo de impeachment são utilizadas como uma forma de defesa de Dilma pela EBC por apresentar alguns argumentos, em outras vozes, que evidenciam seja a ilegitimidade do processo ou o governo do Partido dos Trabalhadores.

3.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO

Após analisarmos, num primeiro momento, as notícias em modo geral e seus erros de ortografia e concordância e, num segundo momento, seus aspectos específicos dentro de cada tópico estipulado, faremos agora a nossa avaliação, tomando como amostragem o nosso parecer sobre o material selecionado entre os dias 17 de abril e 17 de junho de 2016.

Ao nosso ver, percebe-se que, até a derrota da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, a cobertura da Empresa Brasil de Comunicação sobre o processo de impeachment da mesma era feita, de certa forma, de uma maneira neutra e imparcial. As coberturas da sessão que definiu o afastamento de Dilma, assim como a notícia que trata da intenção de voto dos partidos e da reportagem sobre as manifestações ao longo da Esplanada dos Ministérios no dia da votação comprovam esse aparente caráter imparcial que a EBC tinha até o dado momento. Ao nosso ver, havia um pensamento de que o processo de impeachment não resultaria em nada, por isso uma cobertura amena, tranquila. Após derrota, percebesse um susto seguido pela defesa a todo custo de Dilma.

Desta forma, após o processo ser aberto na Câmara dos Deputados, as análises das matérias selecionadas demonstram uma tentativa de defesa da ex-presidente Dilma Rousseff, criticando os opositores, em sua maioria os políticos dos partidos que formariam o novo governo, e principalmente Michel Temer, e sua tentativa de derrubá-la. Tal interpretação se faz perceptível, principalmente, na notícia que trata da derrota da Câmara e na notícia que trata da argumentação dos juristas na comissão do Senado.

Em ambas, há o uso de citações fortes, inflamadas e de alta complexidade por parte dos defensores de Dilma Rousseff, enquanto ou não há voz dos opositores, ou, se há, é de complexidade baixa, quase beirando o ridículo. Estas estratégias demonstram a tentativa de defesa a qualquer custo da ex-presidente Dilma Rousseff por parte da Empresa Brasil de Comunicação.

Além disso, uma matéria inteira sobre o posicionamento de Dilma sobre o processo que estava sofrendo e que resultou no seu afastamento. Nela – e nas outras citadas acima também – há uma crítica forte com relação aos políticos que farão parte do governo interino e o uso da matéria para aumentar a sua defesa.

Também se percebe a tentativa de defender a ex-presidente no texto sobre a repercussão do tema nos Estado Unidos. A notícia usa argumentos, nas vozes dos jornais norte-americanos, que defendem Dilma, como, por exemplo, do avanço econômico nos últimos 13 anos de governo petista.

Quando o afastamento se confirmou, num primeiro momento, enquanto Michel Temer não havia assumido provisoriamente a Presidência da República, novamente se percebe o uso da EBC como defesa de Dilma Rousseff no processo de impeachment e o ataque aos opositores. Isto se faz presente, principalmente, na matéria publicada que trata do posicionamento do ex-ministro Edinho Silva sobre o afastamento de Dilma.

Neste texto, há uma clara intenção de defesa e uma clara interferência política na redação da EBC, onde uma publicação no blog pessoal daquele que anteriormente era quem nomeava a diretoria da empresa se torna pauta para uma publicação de cunho jornalístico. Além disso, na matéria sobre o posicionamento da ministra argentina das Relações Exteriores, Susana Malcorra, há o uso da voz da fonte como forma de defender a ex-presidente, quando a mesma comenta e questiona sobre a legitimidade do processo que resultou no então afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff.

Após Michel Temer assumir a Presidência da República interinamente, a quantidade de notícias e a forma de como a Empresa Brasil de Comunicação foi agindo ao longo da cobertura do tema, percebe-se que há um escanteamento do assunto do processo de impeachment dentro da redação da EBC, como se não fosse mais necessário se informar sobre o caso.

O principal exemplo disso está nas matérias factuais que tratam, principalmente do processo de impeachment, de como o mesmo se dará no Senado Federal e de como estava tramitando na Comissão Especial do Impeachment no Senado ao longo dos últimos dias de seleção de material. Nestes textos, o fato que comprova a tentativa

de deixar o caso menos inflamado é o uso da voz do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski como principal fonte, assim como os seus colegas de STF, sem dar voz tanto aos defensores de Dilma como os favoráveis ao impedimento da mesma.

Com relação às outras matérias que não citamos aqui, ao analisá-las, não percebemos um uso tão grande e exacerbado da Empresa Brasil de Comunicação com outras intenções que não seja a de informar. Tal fato seja porque estas notícias, principalmente, sejam de cunho mais factual, como, por exemplo, as notícias que tratam sobre as manifestações em São Paulo, no Palácio do Planalto ou até mesmo a da nomeação do novo ministro da Casa Civil. Por se tratarem de notícias mais informativas e factuais, o uso da EBC não se faz perceptível ou até não se concretiza nestes casos.

Ao nosso ver, as análises dos textos jornalísticos selecionados sobre o processo de impeachment comprovam que a Empresa Brasil de Comunicação agiu na cobertura do tema de maneira diferente daquilo que em teoria deveria seguir. Percebe-se que, na prática, a EBC não segue um caráter democrático e independente do Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base nossos objetivos iniciais, reafirmamos a pertinência de nossas metas, citados na introdução, que aponta que o discurso apresentado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), dizendo-se democrática e independente, não bate com a realidade evidenciada ao longo do nosso trabalho.

O contexto apresentado, somado às análises de conteúdo e discurso na cobertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pela Agência Brasil, principal agência de notícias da EBC, corrobora que, em algumas das principais notícias analisadas, há um uso parcial e uma linha editorial a ser seguida pela empresa, condizente e de acordo com o governo de plantão. Tais argumentos, ao nosso ver, vão de encontro ao que a própria Empresa Brasil de Comunicação se define em seus estatutos e as razões de sua existência em um Estado de direito.

De acordo com o histórico dado, as nomeações e exonerações marcadas em época de crise política no Brasil demonstram um poder político refletido na diretoria da EBC. Essas mudanças no poder executivo, tanto na nomeação de ministros e na troca de presidentes, caracterizam e evidenciam a linha editorial do veículo de comunicação, deixando claro, também, seu uso por estes que detêm seu poder e sua influência sobre a Empresa Brasil de Comunicação.

As análises das notícias evidenciaram o uso político claro da EBC na defesa do governo Dilma Rousseff. Quando a presidenta ainda estava no poder, além de tentar diminuir a importância histórica do processo de impeachment ao diminuir o número de informações pertinentes ao caso, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República. Conforme os dados apresentados no capítulo 2, evidenciados pelas análises no capítulo 3, apresentamos e confirmamos a nossa tese de que há o contumaz uso político da Empresa Brasil de Comunicação, assim como seu uso como mera extensão da assessoria de imprensa do Governo Federal.

Afirmamos isso tendo em mente que assessoria de imprensa – em rápidas pinceladas – defende a versão do assessorado. Como constatamos, a empresa se mostrou visivelmente parcial nos últimos dias do governo Dilma, além de apenas

noticiar e publicar algo que lhe convém aos seus chefes, como tem se apresentado desde que seu sucessor, Michel Temer, assumiu a Presidência.

Estas convicções se dão devido ao reflexo gerado pelas nomeações e exonerações ocorridas em um curto espaço de tempo. Destacamos a saída de Américo Martins, supostamente devido a uma interferência política do governo na EBC, a chegada de Ricardo Melo em meio ao andamento do processo de impeachment e a tentativa a todo custo de defender Dilma Rousseff após a nomeação de Melo, além da exoneração do mesmo e a nomeação de Larte Rimoli, para deixar publicar apenas o que convém ao novo Governo.

Tais características apresentadas pela Empresa Brasil de Comunicação ao longo da cobertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff corroboram que, na prática, a empresa se faz totalmente diferente do que a teoria da Lei nº 11.652/08 prevê: uma EBC democrática e independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURITI, Pedro Leonardo; CARVALHO, Juliano. EBC e Conselho curador: os embates enfrentados para consolidação do campo público. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 35. 2012, Fortaleza. Anais... Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2012. p. 7.

CAMPOS, Ana Cristina. Temer nomeia Marcio Freitas secretário de Comunicação da Casa Civil. In: **Agência Brasil**. 25, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/temer-nomeia-marcio-freitas-secretario-de-comunicacao-da-casa-civil> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

CUNHA aceita pedido de abertura de processo de impeachment de Dilma. In: **Agência Brasil**. 2, dez. 2015. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/cunha-aceita-pedido-de-abertura-de-processo-de-impeachment-de-dilma> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DILMA nomeia jornalista Ricardo Melo como presidente da EBC. In: **Folha de São Paulo**. 4, mai. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1767677-dilma-nomeia-jornalista-ricardo-melo-como-presidente-da-ebc.shtml> >. Acesso em: 6, out. 2016.

DILMA Reeleita. In: **Partido dos Trabalhadores**. 26, out. 2014. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/dilma-reeleita/> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

FERNANDES, Ana; GALHARDO, Ricardo. Edinho rebate grevistas da EBC e diz que é normal empresa contratar sem concurso. In: **Estadão**. 17, nov. 2015. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,edinho-rebate-grevistas-da-ebc-e-diz-que-e-normal-empresa-contratar-sem-concurso,10000002199> >. Acesso em: 27, abr. 2016.

FÓRUM Nacional de TVs Públicas. **Diagnóstico do Campo Público de Televisão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: < <http://www2.cultura.gov.br/upload/livro TVs 24- 11 1164825028.pdf> >. Acesso em: 12, out. 2016.

FÓRUM Nacional de TVs Públicas. Confira o documento final do Fórum de TVs Públicas. In: **Intervozes**. 11, mai. 2007. Disponível em: < <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362> >. Acesso em: 6, out. 2016.

GONÇALVES, Carolina; MELO, Karine. Senado aprova impeachment e Dilma é afastada definitivamente da Presidência. In: **Agência Brasil**. 31, ago. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/senado-aprova-impeachment-e-dilma-e-afastada-definitivamente-da-presidencia> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

LOURENÇO, Iolando. PT decide votar contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. In: **Agência Brasil**. 2, dez. 2015. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/pt-decide-votar-contra-eduardo-cunha-no-conselho-de-etica> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

MAGALHÃES, Cláudio Marcio, apud CRESQUI, Candice. Conselho da EBC deve ser composto por representantes da sociedade, e não por personalidades. In: **Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação**. 21, mar. 2010. Disponível em < <http://fndc.org.br/noticias/conselho-da-ebc-deve-ser-composto-por-representantes-da-sociedade-e-nao-por-personalidades-509355/>>. Acesso em: 4, out. 2016.

MEDIDA provisória e decretos modificam estrutura e trocam comando da EBC. In: **Agência Brasil**. 2, set. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/medida-provisoria-e-decretos-modificam-estrutura-e-trocam-comando-da-ebc> >. Acesso em: 6, out. 2016.

OLIVEIRA FILHO, José Tarciso da Silva; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **A TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão**. Juiz de Fora, 2014.

PROTESTOS contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. In: **Folha de São Paulo**. 15, mar. 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

RAMOS, Murilo Cesar. Reestruturação do sistema e controle público. In: **Anais eletrônicos da XIV Plenária Nacional de comunicação**. Brasília: Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação, 2008. Disponível em: < http://www.fndc.org.br/arquivos/Murilo_%20Ramos_2008.pdf>. Acesso em: 5, out. 2016.

SOBRE a EBC. **Empresa Brasil de Comunicação**. Brasília, 2016. Disponível em < <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc>> Acesso em: 27, abr. 2016.

VICE-PRESIDÊNCIA confirma teor de carta de Temer a Dilma; leia a íntegra. In: **Agência Brasil**. 8, dez. 2015. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/vice-presidencia-confirma-teor-de-carta-enviada-por-temer-presidenta> >. Acesso em: 3, nov. 2016.

ANEXOS

Texto 1- Câmara encerra fase de discussão do impeachment após 43 horas de debates

17/04/2016 04h44

Ivan Richard e Paulo Victor Chagas - Repórteres da Agência Brasil

Depois de quase 43 horas de trabalhos ininterruptos, a Câmara dos Deputados finalizou na madrugada de hoje (17) a fase de discussão da denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta Dilma Rousseff. Foi a maior sessão da história da Casa, iniciada às 8h55 da última sexta-feira (15) e encerrada às 3h42, madrugada de domingo. Até então, a maior sessão havia durado 22 horas, na aprovação da Medida Provisória dos Portos, em maio de 2013.

A discussão do parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO), pela admissibilidade do impeachment de Dilma, teve início com a fala do jurista Miguel Reale Junior, um dos autores da denúncia. Em seguida, falou o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, para apresentar a defesa da presidenta. A partir de então, representantes de cada um dos 25 partidos com representação na Casa puderam discursar por uma hora. Esse tempo poderia ser dividido entre até cinco parlamentares da legenda. Os líderes do governo e da minoria tiveram igual tempo de fala.

Nesta fase, iniciada na tarde de sexta-feira e encerrada na tarde de ontem (16), 96 deputados revezaram-se na tribuna para discursar contra ou favor do impeachment. A cada cinco horas, o presidente da Casa era obrigado, por uma questão regimental, a encerrar a sessão para, em seguida, iniciar outra. A cada nova sessão, os líderes partidários podiam usar a palavra.

Na fase de discussão para os deputados inscritos, aberta na tarde desse sábado, 249 assinaram a lista para falar. Contudo, 119 subiram a tribuna. Cada um deles teve até três minutos para apresentar seus argumentos contra ou a favor da continuidade do processo de impeachment.

As discussões foram marcadas por intensas manifestações contrárias à presidenta Dilma, pedidos de "Fora, Cunha" e com o uso de bordões como "Não vai ter golpe".

Deputados favoráveis ao impeachment levaram cartazes com “Impeachment já” e “Tchau, querida”, enquanto os governistas exibiam placas contra o que consideram golpe e pela “defesa da democracia”.

Votação

A próxima sessão foi convocada para as 14h deste domingo para apresentação do parecer pelo relator e votação do processo. A previsão é que até as 21h o resultado seja conhecido. Cada um dos 513 deputados terá dez segundos para declarar seu voto pela admissibilidade ou não da denúncia.

CHAGAS, Paulo Victor; RICHARD, Ivan. Câmara encerra fase de discussão do impeachment após 43 horas de debates. In: **Agência Brasil**. 17, abr. 2016. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/camara-encerra-fase-de-discussao-do-impeachment-apos-43-horas-de-debates> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 2 - Relator do impeachment diz que população foi enganada pelo governo Dilma

17/04/2016 15h25

Karine Melo - Repórter da Agência Brasil

Ao reforçar os pontos de seu relatório favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff no plenário da Câmara dos Deputados hoje (17), o deputado Jovair Arantes (PTB-GO), disse que “nenhum agente político precisa de aviso prévio para cumprir as leis e a Constituição”.

Ao pedir votos pela abertura do impeachment da presidenta, Arantes disse que a população foi “enganada” pela chamada “contabilidade criativa” do governo Dilma que, segundo ele, resultou em inflação, desemprego, alta dos juros, perda de credibilidade.

Arantes disse que trabalho da Comissão Especial de Impeachment da Câmara foi conduzido com serenidade pelo colegiado. Segundo o relator, o diálogo da comissão com o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou o processo “irretocável” do ponto de vista jurídico e constitucional.

O petebista lembrou que, nesta fase, a Câmara está decidindo apenas se autoriza a abertura do processo contra a presidenta da República para encaminhá-lo ao Senado, que terá a palavra final. Segundo Arantes, se isso acontecer, Dilma terá oportunidade de se defender mais uma vez e com mais tempo.

Críticas

O relator rebateu, mais uma vez, críticas dos apoiadores da presidenta da República de que ele teria incluído no relatório fatos estranhos à denúncia inicial dos advogados Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, autores do pedido de impeachment. Arantes disse que não houve “extrapolação” e que o relatório se ateve a eventos ocorridos no exercício de 2015.

Arantes classificou os decretos suplementares editados por Dilma e as chamadas pedaladas fiscais de “condutas gravíssimas” que geraram “consequências drásticas”

para a economia brasileira. Para o relator, apesar dos alertas do Tribunal de Contas da União (TCU), Dilma continuou “cometendo os mesmos crimes” em 2015.

Para reforçar os argumentos pró-impeachment, Jovair Arantes disse que o caráter “centralizador” de Dilma “torna difícil” acreditar que a presidenta não soubesse das operações de crédito ilegal. “O Parlamento precisa ajudar a retomar as condições de governabilidade”, disse. As circunstâncias, segundo ele, “arrastam o país para uma crise sem precedentes”.

O relator do parecer do impeachment também fez um apelo pela “reconciliação nacional” e diálogo. “O Brasil não precisa de muros, precisa de pontes”, destacou.

MELO, Karine. Relator do impeachment diz que população foi enganada pelo governo Dilma. In: **Agência Brasil**. 17, abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/relator-do-impeachment-diz-que-populacao-foi-enganada-pelo-governo-dilma>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 3 - PTN e PSC orientam votação pelo impeachment, PCdoB se manifesta contra

17/04/2016 17h19

Karine Melo - Repórter da Agência Brasil

Com um discurso em defesa de uma mudança no país, a líder do PTN na Câmara, Renata Abreu (SP), encaminhou voto favorável da legenda à abertura de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

“Todos os dias me pergunto até quando vamos aceitar que tirem os sonhos do nosso povo. Nunca vi as pessoas tão descrentes com quem jurou a elas representá-las”, disse a parlamentar. Segundo Renata, muito mais que impeachment os brasileiros querem mais transparência, mais participação e mais democracia direta. “Estamos diante da oportunidade de passar a limpo o Brasil e ouvir as vozes que vêm das ruas para banir de vez a cultura da corrupção que pune cada um nos brasileiros”, acrescentou.

Contra o impeachment, o líder do PCdoB, Daniel Almeida (BA), foi vaiado no plenário ao dizer que a processo contra a presidenta Dilma é uma “conspirata de corruptos” liderada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Almeida criticou o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) e disse que, diante da Constituição Federal, não houve crime de responsabilidade, como aponta o documento aprovado na Comissão Especial do Impeachment.

“A presidenta recebeu 54 milhões de votos de brasileiros, querem transformar esse plenário em um colégio eleitoral”, criticou. Segundo Almeida, quem legitima o acesso ao poder é o voto popular, que está sendo usurpado neste momento.

Para o líder do PCdoB, a saída para a crise não é um governo do PMDB, que na visão dele, seria “ilegítimo e de exceção” e já nasceria com a “macha da ilegitimidade”.

“Vamos ganhar essa batalha o golpe não vai passar e a luta continuará”, concluiu o líder.

Depois do PCdoB, foi a vez do líder do PSC, André Moura (CE), se manifestar na tribuna. Moura disse que seu partido votará 100% pelo impeachment. “Milhões de brasileiros estão nas ruas, revoltados. Povo que não aguenta mais irresponsabilidade de um governo desumano”, criticou.

Segundo Moura, o vice-presidente Michel Temer reúne “qualidades morais e políticas indispensáveis para construir uma ponte para o futuro”, caso assuma a Presidência da República.

MELO, Karine. PTN e PSC orientam votação pelo impeachment, PCdoB se manifesta contra. In: **Agência Brasil**. 17, abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/ptn-e-psc-orientam-votacao-pelo-impeachment-pcdob-se-manifesta-contr>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 4 - Nos dois lados do muro da Esplanada, comemorações e vaias a cada voto

17/04/2016 18h50

Aline Leal e Yara Aquino - Repórteres da Agência Brasil

Com muito barulho, comemorações ou vaias a cada voto favorável ou contrário ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, milhares de manifestantes que estão na Esplanada dos Ministérios acompanham nos telões a votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Cerca de 18 mil manifestantes, segundo a Polícia Militar, batucam, apitam e emitem gritos de ordem pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff do lado direito do muro construído na parte central da Esplanada dos Ministérios. Do outro lado, lideranças de movimentos sociais se revezam em discursos no carro de som posicionado acima do Congresso, em defesa do mandato da presidenta e contra seu afastamento do cargo pelo Congresso.

As cores verde e amarelo predominam do lado de quem quer a saída da presidenta. Os manifestantes acompanham a votação que acontece na câmara dos deputados nos telões instalados ao lado dos ministérios, porém, em muitos momentos, o som é abafado pelos batuques.

Foram poucos os pais que trouxeram crianças para a Esplanada neste domingo. "Eu trouxe das outras três vezes, mas hoje fiquei com medo de ter violência", disse Fabiane Pereira. Desempregada, ela disse que sua mãe teve que fechar seu pequeno empreendimento, onde vendia cosméticos em uma feira do Distrito Federal e também que teve que sair da faculdade porque não tinha mais como pagar. " Eu quero que ela [presidente Dilma] saia, e vou torcer para que quem vier seja melhor". Maria do Rosário, de 58 anos, mãe de Fabiane, diz que o país precisa de mudança. "Não temos emprego, saúde e nem segurança, não dá para continuar assim".

A organização Limpa Brasil, de Ribeirão Preto, trouxe uma bandeira verde e amarela, de 85 metros de comprimento, com os dizeres "Somos todos Moro", em apoio ao juiz Federal Sérgio Moro, que comanda a Operação Lava Jato. "O vice-presidente vai ter uma chance de melhorar, vendo que o país está descontente. Com o PT, não dá para

continuar", disse Paulo Junqueira, membro da organização. Segundo ele, pelo menos três ônibus vieram da cidade paulista trazendo membros da organização. Segundo ele, "Cada um pagou suas despesas, somos totalmente apartidários". No vão de 40 metros que separa os manifestantes do muro central da Esplanada, policiais estão atentos às movimentações. A polícia também circula de moto e a pé entre os manifestantes. Para a advogada Ana Cláudia Nunes, de 39 anos, o momento é triste para o país. " Não acho que tenha ninguém que possa substituir a presidente, mas a saída dela é um passo para a mudança que o Brasil precisa", disse, e acrescentou que a mobilização deve continuar com ou sem impeachment.

O empresário de Brasília Breno Garcia, de 32 anos, também é favorável ao impeachment. Presente em todas as manifestações pela saída de Dilma Rousseff, ele diz que sentiu na pele as mudanças negativas na economia do país. " Minha empresa tinha quinze funcionários, agora somos só quatro. A gente trabalha com licitações do governo federal, e eles estão com contas atrasadas com a gente há treze meses".

Cartazes de apoio ao juiz Sérgio Moro e contra a distribuição de cargos pelo governo para conseguir votos estão nas mãos de muitos manifestantes.

Entre os manifestantes que defendem a presidenta Dilma Rousseff e são contra o processo de impeachment em votação na Câmara dos Deputados, há pessoas de diversos estados e diferentes idades, que trouxeram para a Esplanada, inclusive, crianças e bebês. Boa parte das pessoas está vestida com camisetas vermelhas, representando movimentos e entidades como CUT, MST, Conta e sindicatos.

Ao longo da Esplanada, há faixas com frases como "Não ao golpe" e "Abaixo o golpe. Impeachment não". Foram distribuídas impressos da capa da Constituição com a frase " Se rasgarem a Constituição, seremos um país sem lei".

Um grupo de cerca de 40 indígenas de etnias como Terena, Guajajara e Xacriaba, favoráveis à presidenta Dilma Rousseff se reuniu ao lado do Ministério da Justiça, em uma roda onde entoaram cânticos. "Vamos lutar contra o golpe e pelos nossos direitos. Queremos manter a presidenta Dilma e garantir que nossos direitos sejam respeitados", disse o indígena Hélio Sampaio da reserva Xacriaba, de Minas Gerais.

Os manifestantes contra o impeachment da presidenta Dilma acompanham a votação em quatro telões instalados do lado esquerdo da Esplanada. De acordo com a Polícia Militar, às 18h30 havia 57 mil manifestantes dos dois lados do muro da Esplanada dos Ministérios, dos quais 40 mil a favor e 17 mil contra o impeachment. O efetivo da PM no policiamento da área é de três mil homens e os bombeiros têm 320 militares em serviço.

AQUINO, Yara; LEAL, Aline. Nos dois lados do muro da Esplanada, comemorações e vaias a cada voto. In: **Agência Brasil**. 17, abr. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/nos-dois-lados-do-muro-da-esplanada-comemoracoes-e-vaia-cada-voto> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 5 - Governo admite derrota na Câmara, mas diz que pode reverter situação no Senado

17/04/2016 22h37

Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), acaba de admitir a derrota do governo na votação da admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Segundo Guimarães, a derrota é “provisória”, e o governo tem ainda a chance de reverter a situação no Senado com a ajuda das ruas.

“Perdemos porque os golpistas foram mais fortes. Reconhecemos a derrota, mas de cabeça erguida. Estamos firmes, e este país vai se levantar contra esses golpistas que não têm voto, e muito menos condições de governar o país”, disse o líder do governo.

Guimarães adiantou que a estratégia dos governistas será, em um primeiro momento, concentrar esforços no Senado, e, com a ajuda do ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, acionar também o Judiciário.

“Os golpistas venceram aqui na Câmara, mas a luta continua nas ruas e no senado, que pode corrigir essa ação dos golpistas que foram capitaneados por aqueles que não têm autoridade moral para falar em ética”, afirmou Guimarães. Para o deputado, reconhecer essa derrota provisória não significa dizer que a luta terminou. “A guerra não terminou. Vamos agora discutir o mérito no Senado Federal.”

“Nossas expectativas são de que o país se levante e continue a lutar. Não somos de recuar, ou nos abater por esta derrota momentânea. As ruas estão conosco e temos condições de virar o jogo no Senado. O mundo inteiro começa a se mobilizar. Não é possível aprovar impedimento de uma presidenta que não cometeu nenhuma ilegalidade. É um desrespeito a 54 milhões de pessoas que votaram na presidenta. A luta está apenas começando. A guerra será lenta, gradual, segura e prolongada, até porque o vice-presidente [Michel] Temer não reúne a menor condição de comandar o país”, afirmou o líder.

Guimarães acrescentou que, assim que o processo for concluído, vai se encontrar com a presidenta “para dar um abraço nessa mulher valente que é a presidenta Dilma”.

PEDUZZI, Pedro. Governo admite derrota na Câmara, mas diz que pode reverter situação no Senado. In: **Agência Brasil**. 17, abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/governo-admite-derrota-na-camara-mas-diz-que-pode-reverter-situacao-no>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 6 - Indicados pela oposição falam hoje na Comissão de Impeachment no Senado

02/05/2016 08h48

Carolina Gonçalves e Karine Melo - Repórteres da Agência Brasil

A Comissão do Impeachment no Senado ouviu nesta segunda-feira (2), pela acusação, no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, que identificou o atraso no repasse de recursos a bancos públicos para o pagamento de benefícios sociais, as chamadas pedaladas fiscais. Também falou nesta segunda-feira o advogado Fábio Medina Osório, presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado, e o professor do Departamento de Direito Econômico-Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo (USP) Maurício Conti.

Amanhã (3), a defesa volta a se manifestar com o professor de direito processual penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Geraldo Prado, o diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Lodi Ribeiro, além de Marcelo Lavenère, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com o calendário acordado pela comissão, depois dessas manifestações, o relator Antônio Anastasia (PSDB-MG) vai apresentar o parecer, e o texto deverá ser discutido no dia 4, de modo que haja tempo hábil para eventuais pedidos de vista nas 24 horas seguintes. No dia 5, a defesa da presidenta terá mais uma oportunidade de se falar na comissão.

No dia 6, o relatório deve ser votado pelo colegiado que, para aprovar, precisa de maioria simples entre os 21 integrantes da comissão. Feito isso, haverá mais um intervalo, de 48 horas úteis, para que, no dia 11 de maio, a votação final sobre a admissibilidade ocorra em plenário.

Se aprovada a admissibilidade do processo, a presidenta da República será notificada e imediatamente afastada do cargo por 180 dias. Se rejeitada a admissibilidade, o processo será arquivado.

GONÇALVES, Carolina; MELO, Karine. Indicados pela oposição falam hoje na comissão do impeachment no senado. In: **Agência Brasil**. 2, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/indicados-pela-oposicao-falam-hoje-na-comissao-do-impeachment-no-senado> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 7 - Argumentação de juristas contra o impeachment não muda posições de senadores

03/05/2016 22h33

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil

A apresentação dos especialistas convidados a falar hoje (3) na Comissão Especial do Impeachment no Senado contra o afastamento da presidenta Dilma Rousseff provocou reações já esperadas de governistas e opositores do colegiado e não mudou votos já anunciados a favor ou contra o processo.

O diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Lodi Ribeiro, reforçou que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União permitia as chamadas pedaladas fiscais quando Dilma as cometeu e afirmou que qualquer mudança em relação a isso deveria ter sido proposta para o futuro, não de forma retroativa para punir a presidenta.

Ribeiro ressaltou que a mera cobrança de juros não é suficiente para configurar uma operação de crédito e disse que os bancos públicos não foram prejudicados pelo inadimplemento do governo no repasse de recursos referentes a programas sociais. “Não há que se falar em prejuízo aos bancos públicos, em recursos que precisam ser ressarcidos, porque esses recursos nunca pertenceram ao Banco do Brasil”, disse.

Tentação antidemocrática

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcello Lavenère, disse que o país vive um momento de “tentação” de flexibilizar o Estado Democrático de Direito, como um motorista tentado a furar o sinal vermelho em uma rua sem movimento. “Na primeira dificuldade, na primeira crise, não se pode flexibilizar essa regra. O Estado Democrático de Direito, se violado, se flexibilizado, acaba o processo civilizatório. Não temos solução fora da Constituição, não temos condição fora da estrita obediência das garantias e dos procedimentos constitucionais”, argumentou.

Para o jurista, se o país optar por essa flexibilização, poderá sofrer “danos terríveis”. “É por isso que tentar resolver uma crise econômica, política, administrativa, uma crise grave, pelo caminho que põe de lado, que flexibiliza, que não respeita as garantias

constitucionais, não leva nunca a bom termo. Pelo contrário, a crise que nós passamos não vai ser resolvida com o processo de impeachment.”

Também convidado da Comissão Especial, o professor de Direito Processual Penal Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembrou um caso em que o Conselho Nacional de Justiça submeteu a seus órgãos técnicos uma resolução sobre a edição de créditos suplementares por solicitação da Justiça Militar.

Segundo Prado, o presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski – que também preside o Supremo Tribunal Federal – aprovou a liberação dos créditos suplementares mesmo após a presidenta Dilma Rousseff já ter, naquele momento, enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei com a revisão da meta de superávit fiscal de 2015.

“Se quiséssemos cogitar, o que não é cogitável e nem razoável, a existência um crime de responsabilidade a partir daqui, esse crime de responsabilidade envolveria não somente a presidenta da República, mas também o presidente do Supremo Tribunal Federal. Mas não envolve porque não há crime de responsabilidade. O presidente do STF agiu corretamente, embasado em pareceres técnicos”, analisou.

Convicções

Os argumentos dos convidados, no entanto, não conseguiram mudar a disposição de alguns senadores que já anunciaram votos a favor do impeachment de Dilma, como o senador Waldemir Moka (PMDB-MT). O parlamentar disse que está convencido da existência de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff.

“Quero dizer-lhes que, apesar do grande conhecimento jurídico de vossas senhorias, estou convicto de que houve crime de responsabilidade cometido pela presidenta. Esse é o meu juízo pessoal, por convicção. Dessa questão eu não arredo pé”, disse.

De outro lado, senadores governistas também reafirmaram suas convicções de que o pedido de impeachment não deve prosseguir. Ao defender a presidenta, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que os opositores de Dilma tratam o superávit primário “como um deus”.

“Primeiro, eles querem pagar os juros para os rentistas e o que sobra fica para o Orçamento, para ser dividido em políticas sociais, em investimento em educação e saúde. O que está por trás disso é uma visão equivocada de uma peça contábil fria. Para nós, o Orçamento tem que ser um instrumento de justiça social, de distribuição de renda, de combate ao desemprego”, argumentou.

JUNGMANN, Mariana. Argumentação de juristas contra o impeachment não muda posições de senadores. In: **Agência Brasil**. 3, mai. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/argumentacao-de-juristas-contra-o-impeachment-nao-muda-posicoes-de>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 8 - Com afastamento de Cunha, base aliada quer anular processo de impeachment

05/05/2016 12h55

Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavasky de afastar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), do mandato de deputado e da função de presidente da Casa legislativa servirá de argumento para que a bancada contrária ao impeachment de Dilma Rousseff peça a anulação da votação feita no dia 17 de abril, que aprovou a admissibilidade do processo. Já na avaliação da bancada da liderança do DEM, há suspeitas de que o afastamento de Cunha, sem o julgamento pelo plenário do STF, represente uma interferência do Judiciário no Legislativo.

Segundo o vice-líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira (PT-SP), a notícia do afastamento de Cunha por uma liminar foi boa, porém tardia. “Boa porque ele cometeu inúmeros crimes e claramente obstruía a investigação e o processamento desse crimes, mas também tardia porque ele não poderia ter presidido esse processo de impeachment motivado por vingança, retaliação ao não apoio da Dilma no Conselho de Ética, coisa que ele exigia dela para absolvê-la. Tardia porque o STF deveria ter afastado ele antes do processo, tendo em vista que ele moveu o processo de impeachment sem justa causa ou motivação”, disse ele.

“Isso macula ainda mais o processo de impeachment. Na minha opinião, o STF tem de levar às últimas consequências esse processo, anulando inclusive o processo de impeachment”, acrescentou. Na avaliação de Teixeira, os senadores têm de levar isso tudo em consideração e estancar o processo naquela Casa. “Eles precisam enxergar que esse processo teve motivação baseada em chantagem e vingança e, portanto, não podem prosseguir em um processo assim. Espero que os senadores entendam o que está acontecendo, sob pena de eles mancharem suas biografias”, acrescentou.

O líder do DEM, deputado Pauderney Avelino (AM), se disse surpreso pelo fato de a decisão ter sido apresentada na forma de liminar. “É uma decisão monocrática de um ministro, que deverá ser confirmada pelo pleno do STF. Estou surpreso porque o

juízo do pleno já estava pautado para hoje”, disse o deputado do DEM. Na avaliação de Pauderney Avelino, a suspensão do mandato de Cunha sem o julgamento pelo pleno pode ser considerada uma interferência do Judiciário no Legislativo: “devemos ter cautela e prudência para avaliar”, ponderou.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) contra argumentou Pauderney dizendo que medida liminar faz parte do ordenamento jurídico do país e existe justamente pelo seu caráter cautelar de evitar prejuízos ao interesse público. “Portanto a decisão é corretíssima. Tardou mas não falhou”, disse ele pouco antes de lamentar o fato de “a tropa de choque do Cunha estar totalmente ausente do plenário”.

Para Luiza Erundina (PSOL-SP), a liminar do ministro representa uma vitória da democracia. “Essa Casa precisa resgatar sua credibilidade”, disse a deputada, que criticou as consequências do processo de impeachment para o país. “Não dá para esperar que alguém que não teve voto popular queira ocupar a cadeira de presidente da República, tendo por base argumentos tão questionáveis. Isso se deu da forma mais mesquinha e conivente com o que há de mais retrógrado no país”, disse Erundina.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) corroborou a opinião de que a aprovação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara poderá ser revista pelo STF. “A decisão do Tribunal confirma a ilegitimidade do processo que tenta cassar o mandato de Dilma. Não tenho nenhuma dúvida de que esse processo poderá ser revertido porque é evidente o abuso cometido na sua abertura. Tudo será analisado pelo STF. E vamos fazer toda a defesa da presidenta, tanto no Senado como na Justiça Brasileira”.

O líder do PT na Câmara, deputado Afonso Florence (BA), também desqualificou a legitimidade do processo: “todos sabem que Cunha é o artífice e Temer é o fantoche. Não existe mais legitimidade no processo de impeachment”.

PEDUZZI, Pedro. Com afastamento de Cunha, base aliada quer anular processo de impeachment. In: **Agência Brasil**. 5, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/com-afastamento-de-cunha-base-aliada-quer-nulidade-do-impeachment> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 9 - Dilma: impeachment é motivado pela escolha do governo de gastar com os pobres

07/05/2016 14h18

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil

A presidenta Dilma Rousseff voltou hoje (14) a afirmar que o processo de impeachment contra ela é uma tentativa de golpe e disse que vai “resistir até o fim”. Durante cerimônia de inauguração da Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO), a presidenta destacou que o pedido de afastamento é motivado pelo fato de ela ter escolhido gastar o dinheiro do governo com os mais pobres.

“Nós fizemos escolhas porque o dinheiro é finito, então, você tem de escolher onde gastar. Nós escolhemos ampliar o gasto na agricultura, na produção e nos programas sociais. Na área da agricultura familiar e assentamentos, nós saímos de menos de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 30 bilhões. Na agricultura comercial, nós saímos de menos de R\$ 25 bilhões para R\$ 202 bilhões [de estímulos econômicos]. Nós fizemos, de fato, uma escolha diferente da dos nossos antecessores”, afirmou.

Para a presidenta o que está ocorrendo no país, “mais que um golpe, é uma tentativa clara de fazer uma eleição indireta para colocar no governo quem não tem voto suficiente para lá chegar”. Segundo ela, o novo governo que será formado, caso ela seja afastada, pretende reduzir o Bolsa Família aos 5% mais pobres do país, o que significa 10 milhões de pessoas. Atualmente, o programa atende a 46 milhões de brasileiros.

“O foco é tirar do Bolsa Família 36 milhões de pessoas. Isso porque eles sabem que o gasto do Bolsa Família é de menos de 1% do PIB, um dos menores do país. E aí querem fazer economia com o dinheiro dos pobres? Jamais se elegeriam”, afirmou.

Dilma também voltou a dizer que é honesta, não tem contas no exterior nem recebeu dinheiro de propina. Para ela, como não era possível apontá-la como criminosa por isso, tentam criar um fato em torno da edição de decretos que “todos os outros governos também fizeram”.

“São decretos que dão recursos para o Tribunal Superior Eleitoral fazer concurso, para o Ministério da Educação pagar hospitais, para o Ministério da Justiça complementar recursos para escoltas. Não são recursos que a presidência pegou para ela”, disse.

Ela também voltou a alegar que não participou das definições sobre o Plano Safra em 2015 porque a lei determina que isso seja feito pelo ministro da Fazenda. “Ora, o que está em questão são atos que eu sequer participei. Todos atos que são regulares, mas além disso eu não estive em nenhum deles”, disse.

No discurso, a presidenta disse ainda que o novo governo não terá condição de “quebrar” todos os seus programas, mas alertou o público presente de que “eles vão tentar”. Ela conclamou as pessoas a lutarem pelos seus direitos. “Nós todos temos que lutar para que não haja retrocesso. Eu tenho de lutar contra o impeachment, e vocês tem que defender o interesse de vocês. Nós temos que lutar pela democracia”, disse.

Ex-ministros

Antes da fala da presidenta Dilma em Palmas, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, também discursou e voltou a defender o governo. Após declarar que se sente orgulhosa da presidenta Dilma, Kátia Abreu repreendeu os ex-ministros deste governo que votaram a favor da continuidade do processo de impeachment na Comissão Especial do Senado e os acusou de traidores.

“Esses políticos que até ontem eram ministros de vossa excelência, que foram ministros durante cinco anos do seu governo, agora lhe viram as costas, lhe enfiam a faca pelas costas. Mas antes usufruíram do seu mandato”, disse a ministra.

A ministra concluiu o discurso citando a frase “não toque os pés no barco que te ajudou a atravessar o rio”, numa referência ao que ela considerou uma “deslealdade” com a presidenta.

JUNGMANN, Mariana. Dilma: impeachment é motivado pela escolha do governo de gastar com os pobres. In: **Agência Brasil**. 7, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/dilma-impeachment-e-motivado-pela-escolha-do-governo-de-gastar-com-os-pobres> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 10 - Waldir Maranhão anula votação do impeachment na Câmara

09/05/2016 12h02

Carolina Gonçalves - Repórter da Agência Brasil

O presidente interino da Câmara dos Deputados, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), anulou hoje (9) as sessões dos dias 15, 16 e 17 de abril, quando os deputados federais aprovaram a continuidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Ele acatou pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU). A informação é da presidência da Câmara.

Com a aprovação na Câmara, o processo seguiu para o Senado. Waldir Maranhão já solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a devolução dos autos do processo. O presidente interino da Câmara determinou nova sessão para votação do processo de impeachment na Casa, a contar de cinco sessões a partir de hoje (9).

Waldir Maranhão fará um pronunciamento às 16h para explicar decisão.

Vícios no processo

Waldir Maranhão, que assumiu a presidência após afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acolheu os argumentos do advogado-geral da União (AGU), José Eduardo Cardozo, por entender que ocorreram vícios no processo de votação, tornando-a nula.

Ele considerou que os partidos políticos não poderiam ter fechado questão ou orientado as bancadas a votarem de um jeito ou de outro sobre o processo de impeachment. “Uma vez que, no caso, [os deputados] deveriam votar de acordo com suas convicções pessoais e livremente”, diz nota do presidente interino divulgada à imprensa.

Maranhão também considera que os deputados não poderiam ter anunciado publicamente os votos antes da votação em plenário em declarações dadas à imprensa. Considerou ainda que o resultado da votação deveria ter sido formalizado por resolução, como define o Regimento Interno da Casa.

Considerado aliado de Cunha na composição da Mesa Diretora, Waldir Maranhão votou contra o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Waldir Maranhão mudou de voto em cima da hora, contrariando a orientação nacional do PP, seu partido. Devido à atitude, o deputado foi destituído da presidência do diretório estadual do partido no Maranhão.

Em sua trajetória política, Waldir Maranhão está em seu terceiro mandato como deputado federal. Ele também é alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. O parlamentar foi citado por Alberto Youssef como um dos deputados do PP beneficiados por propinas de contratos da Petrobras. Waldir Maranhão é citado, ainda, em inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Miqueias da Polícia Federal, que trata de desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro.

Governo

O vice-líder do governo na Câmara, Sílvio Costa (PTdoB-PE), foi o primeiro a comentar a medida e comemorou o que chamou de “decisão constitucional”, mas lembrou que agora é preciso aguardar o posicionamento do presidente do Senado, Renan Calheiro (PMDB-AL).

Oposição

Para a oposição na Câmara, Renan Calheiros pode, inclusive, se recusar a acatar a decisão de Waldir Maranhão. Enquanto não há uma posição de Renan, partidos, como DEM, buscam medidas legais para reverter a decisão. O líder do DEM, Pauderney Avelino (AM), a decisão de Maranhão foi "intempestiva e extemporânea". Ele afirmou que não cabe ao presidente da Câmara anular um processo "perfeito e concluído". Ele atacou Maranhão afirmando que o presidente interino não tem condições de estar no comando da Casa e disse que o deputado federal recebeu uma "decisão pronta e que só assinou", em referência à decisão de anular as sessões.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que "intempestivos foram todos os atos pretéritos e mesmo assim fomos até o final", ao rebater críticas

da oposição. Para o petista, a decisão de Maranhão é uma chance de a Câmara "se redimir". "Você não afasta ninguém sem todos os pressupostos do Estado democrático. A decisão preserva o devido processo legal", disse o líder.

Senado

Com a aprovação do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) na Comissão Especial do Impeachment, na última sexta-feira (6), a previsão é que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), faça a leitura do resultado ao plenário nesta segunda-feira (9). Com isso, começará a contar o prazo de 48 horas para que a votação do parecer pela admissibilidade do processo seja marcada no plenário. A previsão é que os senadores analisem a admissibilidade do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na próxima quarta-feira (11). Se for aceita, Dilma deverá ser afastada imediatamente do cargo por até 180 dias.

Leia a íntegra da nota divulgada por Waldir Maranhão:

"1. O Presidente da Comissão Especial do Impeachment do Senado Federal, Senador Raimundo Lira, no dia 27 de abril do corrente ano, encaminhou à Câmara dos Deputados, ofício em que indagava sobre o andamento de recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União contra a decisão que autorizou a instauração de processo de impeachment contra a Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff.

2. Ao tomar conhecimento desse ofício, tomei ciência da existência de petição dirigida pela Sra. Presidente da República, por meio da Advocacia-Geral da União, em que pleiteava a anulação da Sessão realizada pela Câmara dos Deputados, nos dias 15, 16 e 17 de abril. Nessa sessão, como todos sabem, o Plenário desta Casa aprovou parecer encaminhado pela Comissão Especial que propunha fosse encaminhada ao Senado Federal para a eventual abertura de processo contra a Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade.

3. Como a petição não havia ainda sido decidida, eu a examinei e decidi acolher em parte as ponderações nela contidas. Desacolhi a arguição de nulidade feita em relação aos motivos apresentados pelos Srs. Deputados no momento de votação, por entender que não ocorreram quaisquer vícios naquelas declarações de votos. Todavia, acolhi as demais arguições, por entender que efetivamente ocorreram vícios

que tornaram nula de pleno direito a sessão em questão. Não poderiam os partidos políticos ter fechado questão ou firmado orientação para que os parlamentares votassem de um modo ou de outro, uma vez que, no caso deveriam votar de acordo com as suas convicções pessoais e livremente. Não poderiam os senhores parlamentares antes da conclusão da votação terem anunciado publicamente os seus votos, na medida em que isso caracteriza prejulgamento e clara ofensa ao amplo direito de defesa que está consagrado na Constituição. Do mesmo modo, não poderia a defesa da Sra. Presidente da República ter deixado de falar por último no momento da votação, como acabou ocorrendo.

4. Também considero que o resultado da votação deveria ter sido formalizado por Resolução, por ser o que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e o que estava originalmente previsto no processamento do impeachment do Presidente Collor, tomado como paradigma pelo STF para o processamento do presente pedido de impeachment.

5. Por estas razões, anulei a sessão realizada nos dias 15, 16 e 17 e determinei que uma nova sessão seja realizada para deliberar sobre a matéria no prazo de 5 sessões contados da data em que o processo for devolvido pelo Senado à Câmara dos Deputados.

6. Para cumprimento da minha decisão, encaminhei ofício ao Presidente do Senado para que os autos do processo de impeachment sejam devolvidos à Câmara dos Deputados.

Atenciosamente,

Deputado Waldir Maranhão

Presidente em exercício da Câmara dos Deputados”

GONÇALVES, Carolina. Waldir Maranhão anula votação do impeachment na Câmara. In: **Agência Brasil**. 9, mai. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/waldir-maranhao-anula-votacao-do-impeachment-na-camara>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 11 - Manifestantes desocupam Salão Nobre do Palácio do Planalto

09/05/2016 16h55

Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil

Manifestantes contrários ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff que ocuparam o Salão Nobre do Palácio do Planalto no começo da tarde de hoje (9) decidiram deixar o prédio por volta das 16h30.

Após cerca de duas horas de protesto, os militantes desocuparam o Planalto atendendo a pedido do ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini.

A ocupação começou após o fim da cerimônia de anúncio de criação de cinco universidades federais, no início da tarde, quando integrantes de movimentos sociais penduraram faixas e cartazes nas paredes de vidro do Palácio do Planalto e decidiram permanecer no local em protesto contra o impedimento da presidenta, que tramita no Senado.

CAMPOS, Ana Cristina. Manifestantes desocupam Salão Nobre do Palácio do Planalto. In: **Agência Brasil**. 9, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/manifestantes-desocupam-salao-nobre-do-palacio-do-planalto> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 12 - São Paulo tem 121 km de lentidão por causa das manifestações contra impeachment

10/05/2016 10h00

Marli Moreira – Repórter da Agência Brasil

Pelo menos sete vias de grande movimentação de veículos da capital paulista foram ocupadas na manhã de hoje (10) por manifestantes em atos simultâneos de protestos contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Organizadas pela Frente Brasil Popular com participação de integrantes dos vários movimentos sociais, essas manifestações começaram pouco antes das 6h e duraram, em média, entre uma hora e uma hora e meia.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) registrou pico de lentidão na região Centro Expandido às 8h30, quando havia 121 quilômetros de vias com morosidade. Essa marca, no entanto, não chegou a ser recorde, embora tenha ficado acima do normal.

Uma das manifestações ocorreu fora da capital com bloqueio do acesso à Rodovia Hélio Schmidt, caminho que leva ao aeroporto internacional de Guarulhos, em Cumbica. Segundo a assessoria de imprensa deste terminal, apesar de ter dificultado a chegada de passageiros, a interdição não provocou impacto nos voos.

Segundo a concessionária Ecopistas, que administra parte desta rodovia, por volta das 8h45 ainda havia reflexos dessas manifestações com lentidão por tráfego represado tanto na Hélio Schmidt quanto na Rodovia Ayrton Senna, onde a fila de veículos se movimentando lentamente se estendia do quilômetro 23 ao 19, devido à interdição ocorrida mais cedo na Marginal Tietê, altura do bairro do Tatuapé, zona leste da cidade.

Na zona noroeste, os ativistas fecharam uma das faixas da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, na altura da rua Agarun, em Pirituba, no sentido centro, causando lentidão na marginal Tietê e uma longa fila de veículos nas imediações desse bairro. O ato só foi dispersado por volta das 8h30. Nesse horário, a Companhia de Engenharia de Tráfego registrava bloqueio da rua Evandro Carlos de Andrade, em frente aos estúdios da TV Globo, no bairro do Brooklin, na zona sul.

Um pouco antes, outro grupo de simpatizantes da causa interrompeu o trânsito nos dois sentidos da Avenida 23 de Maio, próximo ao Terminal Bandeira, no centro da cidade. A via, que forma o corredor norte-sul, é um dos principais acessos ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul. Também serve de acesso à região da Avenida Paulista de um lado e do outro aos que pretendem alcançar o centro da cidade ou à região da Luz e do bairro de Santana, na zona Norte.

MOREIRA, Marli. São Paulo tem 121 km de lentidão por causa das manifestações contra impeachment. In: **Agência Brasil**. 10, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/sao-paulo-tem-121-km-de-lentidao-por-causa-das-manifestacoes-contr> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 13 - Senado está pronto para iniciar sessão do impeachment

11/05/2016 08h56

Karine Melo e Carolina Gonçalves - Repórteres da Agência Brasil

A poucos minutos do início da sessão que vai votar a admissibilidade do processo contra a presidenta Dilma Rousseff, a movimentação nos corredores do Senado, especialmente de jornalistas e parlamentares, é intensa. Com a visita proibida e o acesso restrito a servidores da Casa, imprensa credenciada, assessores e parlamentares, o acesso ao prédio principal do Senado está sendo feito pelos anexos, mas sem o rigor de passar todas as pessoas pelo detector de metais, como aconteceu na Câmara dos Deputados, no último dia 17.

Até as 8h30 da manhã, 68 dos 81 senadores já estavam inscritos para falar no plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), definiu que os oradores inscritos, contra e a favor do parecer da Comissão Especial do Impeachment, falarão alternadamente por até 15 minutos cada um e apenas uma vez. Não será permitida orientação da bancada pelos líderes e também não haverá apartes.

A expectativa é de que sejam mais de 15 horas de sessão, dividida em três blocos: de 9h às 12h; das 13h às 18h; e das 19h até o término da votação, que pode resultar no afastamento da presidenta por 180 dias, caso o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) seja referendado por metade mais um dos senadores presentes a sessão de hoje. Se o relatório for rejeitado, o processo será arquivado.

Renan informou aos senadores sobre a impossibilidade de eles falarem mais do que o tempo determinado, pois os microfones das duas tribunas desligarão automaticamente ao final dos 15 minutos previstos para cada parlamentar.

Com dimensões bem menores do que a Câmara, no plenário Senado, além de parlamentares, só está autorizada a entrada de pessoas com credenciamento especial para hoje. Os senadores e cada um dos seis blocos parlamentares poderão levar apenas um assessor cada. Esses profissionais ocuparão a chamada tribuna de honra. Parentes de senadores terão de ficar nos gabinetes dos parlamentares.

Imprensa

Já as galerias, que normalmente são ocupadas por visitantes, estão reservadas aos profissionais de imagem da imprensa: cinegrafistas, fotógrafos e às rádios que farão transmissão da sessão ao vivo.

Na tribuna de imprensa, bem ao lado do lugar reservado aos senadores, ficarão os profissionais de veículos escritos: jornais, revistas e agências de notícias. Para esse local, devido à limitação de espaço, foram distribuídas poucas credenciais, com prioridade aos profissionais que cobrem permanentemente o Senado.

Desde da meia-noite de hoje (11), a Esplanada dos Ministérios está fechada para veículos. O acesso à Praça dos Três Poderes também está fechado ao público. Esse é o mesmo esquema adotado pela Secretaria de Segurança do Distrito Federal no dia da votação no plenário da Câmara dos Deputados. O muro instalado da Catedral ao Congresso Nacional em abril, quando 80 mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios, agora está de volta. Mais uma vez, manifestantes estarão separados por um corredor de 80 metros de largura por um quilômetro de comprimento. Ao longo de toda extensão, há policiais militares, bombeiros, agentes de trânsito e de saúde.

O grupo pró-impeachment ficará do lado direito do Congresso Nacional, tendo o Museu da República como ponto de concentração. Já os manifestantes a favor de Dilma Rousseff poderão se encontrar no Teatro Nacional e seguir para o lado esquerdo do Congresso Nacional.

O prédio principal do Congresso está todo protegido por grades e o acesso ao gramado em frente ao espelho d'água será fechado.

GONÇALVES, Carolina; MELO, Karine. Senado está pronto para iniciar sessão do impeachment. In: **Agência Brasil**. 11, mai. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/senado-pronto-para-iniciar-sessao-do-impeachment>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 14 - Votação do impeachment é notícia internacional mais comentada nos EUA

11/05/2016 15h36

José Romildo – Correspondente da Agência Brasil

A votação sobre a aceitação ou não do impeachment da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado brasileiro está sendo hoje (11) um dos assuntos internacionais mais comentados pela imprensa nos Estados Unidos. Vários jornais, redes de TV e de rádio estão divulgando relatos de correspondentes ou repórteres enviados especialmente ao Brasil para cobrir o evento.

A CNN está divulgando a cada momento flashes de seus correspondentes no Brasil e nos Estados Unidos sobre o impacto no Brasil e no exterior de um eventual impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A agência Reuters lembra que a América Latina foi, no passado, palco de golpes militares, mas observa que, hoje, a substituição da presidenta Dilma Rousseff é “particularmente preocupante”. “Toda a linha de sucessão do Brasil está sob investigação por corrupção com a nação já fervendo sobre uma recessão severa”, assinala. Segundo a agência, se a presidenta Dilma Rousseff perder a batalha do impeachment será uma dos 18 líderes latino-americanos forçados a deixar o poder desde 1985.”

Um dos maiores jornais dos Estados Unidos, o The Wall Street Journal, afirma que a sessão de hoje do Senado para determinar se a presidente Dilma Rousseff deve ou não enfrentar um processo de impeachment se deve à acusação de que ela violou as leis orçamentárias da nação. O jornal observa porém que a presidenta Dilma nega as acusações.

O jornal Los Angeles Times informa que se a sessão do Senado concordar que a presidenta Dilma Rousseff seja submetida a um processo de impeachment, o processo poderá retirar o Partido dos Trabalhadores do comando do país, após 13 anos no poder.

A rede de televisão ABC informa que, depois de se apresentar como defensora da luta contra a corrupção, e de se tornar a primeira mulher a comandar o Brasil, a presidenta Dilma Rousseff está agora a apenas horas de distância de, possivelmente, deixar o cargo. De maneira didática, a rede ABC explica que o destino de Dilma Rousseff está nas mãos de 81 senadores. Se 41 senadores votarem a favor da admissibilidade do impeachment, Dilma ficará fora do Palácio do Planalto por seis meses, enquanto o Congresso Nacional brasileiro decidirá se ela deixará o cargo definitivamente.

O The Washington Post informa que o Senado brasileiro está encaminhando para a votação que decidirá se a presidente Dilma Rousseff enfrentará o impeachment.

O New York Times publica hoje matéria de seu correspondente no Brasil, Simon Romero, afirmando que, depois de meses de manobras e apelos, o Senado brasileiro começou a debater o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Segundo o jornal, a votação do Senado é um divisor de águas na luta pelo poder no Brasil, um país que experimentou um período “raro de estabilidade” política e econômica ao longo das últimas duas décadas. Durante esse período, conforme o jornal, o país alcançou destaque no cenário mundial. O jornal assinala que esse ganho agora está se desfazendo com a crise econômica e política.

ROMILDO, José. Votação do impeachment é notícia internacional mais comentada nos EUA. In: **Agência Brasil**. 11, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-05/votacao-do-impeachment-e-noticia-internacional-mais-comentada-nos-eua> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 15 - Grupo a favor do impeachment é expulso de ato pró-Dilma na Cinelândia

11/05/2016 20h04

Vladimir Platonow - Repórter da Agência Brasil

Um grupo de manifestantes a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff acabou expulso da Cinelândia, no centro do Rio, por ativistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a organizações de esquerda, que realizavam um protesto no mesmo local, nesta quarta-feira (11). Um carro de som do grupo pró-impeachment teve que sair às pressas do local, e o protético Eron Moraes Melo, que se ficou conhecido por se vestir como o personagem Batman, precisou ser retirado em um carro da Polícia Militar, após ter sua capa arrancada por um manifestante.

A ativista Denise Casquilho, que faz parte do movimento Foro Brasil, que defende a tomada do poder por militares, teve uma de suas faixas rasgadas. “Rasgaram o meu banner. Eu me senti numa ditadura. A Dilma vai cair, mas nós não queremos só ela. Queremos uma faxina geral. Nós registramos na PM e na Guarda Municipal a permissão para o nosso protesto”, disse Denise.

A manifestante Camila de Melo, da direção da CUT, disse que também tinha autorização para a manifestação. “Infelizmente, para eles, nós estávamos em maior número. Estava o carro de som deles, com o Batman em cima, e logo o pessoal contra o golpe começou a chegar e não deixou espaço para eles, que foram embora”, contou Camila.

Os manifestantes pró-impeachment ainda ficaram um tempo em um canto da Cinelândia, mas foram aconselhados pelos policiais militares a deixarem o local, para evitar novos conflitos.

PLATONOW, Vladimir. Grupo a favor do impeachment é expulso de ato pró-Dilma na Cinelândia. In: **Agência Brasil**. 11, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/manifestantes-favor-do-impeachment-sao-expulsos-de-ato-pro-dilma-na> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 16 - Edinho Silva: “Brasil amanhece hoje um país menos democrático”

12/05/2016 09h37

Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil

O ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Edinho Silva, disse hoje (12), em seu blog pessoal, que o afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado é “um inaceitável desrespeito à Constituição e à vontade do povo brasileiro”. Edinho foi exonerado nesta quinta do cargo junto com outros ministros de Dilma.

“As regras do jogo democrático estão sendo desrespeitadas e o voto popular, ignorado. Lamentavelmente, o Brasil amanhece hoje um país cuja democracia está enfraquecida. Este desvirtuamento dos procedimentos pelas próprias instituições brasileiras tem um só nome: golpe irreparável contra a ordem democrática”, disse Edinho.

O Senado aprovou, por 55 votos a favor e 22 contra, a admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Com isso, o processo será aberto no Senado e Dilma será afastada do cargo por até 180 dias, a partir da notificação - que deve ocorrer no final da manhã de hoje. Os senadores votaram no painel eletrônico. Não houve abstenções. Estavam presentes 78 parlamentares, mas 77 votaram, já que o presidente da Casa, Renan Calheiros, optou por não votar.

Segundo Edinho, o afastamento da presidenta Dilma não significa “resignação”. “Continuaremos trabalhando para que essa imensa injustiça cometida seja revertida. Dilma acredita nas causas pelas quais lutou toda a vida e irá até o fim na busca por justiça e na defesa da democracia. Sem dúvida, neste percurso, terá ao seu lado uma verdadeira legião de militantes, apoiadores e simpatizantes engajados na causa democrática”, afirmou o ex-ministro.

Para Edinho, a democracia no Brasil “deu um passo atrás”. “Agora, mais do que nunca, é preciso um pacto entre os brasileiros para defender os avanços históricos. Penso que podemos nos entender e progredir na defesa intransigente da justiça social e da verdadeira democracia. É urgente a construção de uma aliança nacional, na busca das reformas, iniciando-se pela reforma político-partidária, tornando o Brasil

mais republicano, politicamente mais participativo e representativo. Temos que, definitivamente, superar as mazelas do nosso modelo de financiamento político-eleitoral e partidário”, acrescentou.

CAMPOS, Ana Cristina. Edinho Silva: “Brasil amanhece hoje um país menos democrático”. In: **Agência Brasil**. 12, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/edinho-silva-brasil-amanhece-hoje-um-pais-menos-democratico> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 17 - Próximo a Temer, Eliseu Padilha assume a Casa Civil

12/05/2016 17h35

Maiana Diniz – Repórter da Agência Brasil

Advogado e empresário, o deputado federal Eliseu Padilha (PMDB-RS) é O novo ministro da Casa Civil.

Padilha é considerado um dos políticos mais próximos do presidente Michel Temer e atuou ao lado dele na articulação política no Congresso em nome da presidenta Dilma Rousseff, no ano passado.

Padilha foi ministro da Aviação Civil no governo Dilma e deixou a pasta no início de dezembro de 2015, quando o rompimento entre o PMDB e o PT tornou-se mais evidente.

Trajetória política

Padilha se filiou ao antigo MDB, hoje PMDB, em 1966, e é considerado um dos melhores articuladores políticos do partido e do Congresso Nacional.

O primeiro cargo eletivo de Eliseu Padilha foi como prefeito de Tramandaí (RS), em 1989. Eleito pela primeira vez deputado federal em 1994, ele está no quarto mandato na Câmara, onde atuou nas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Educação e Minas e Energia.

Padilha foi ministro dos Transportes no governo Fernando Henrique Cardoso, de 1997 a 2001. Antes, foi secretário dos Negócios do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul.

Eliseu Lemos Padilha é natural de Canela (RS) e nasceu em 23 de dezembro de 1945.

DINIZ, Maiana. Próximo a Temer, Eliseu Padilha assume a Casa Civil. In: **Agência Brasil**. 12, mai. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/eliseu-padilha-assume-casa-civil>>. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 18 - Ministra argentina vê com preocupação situação política do Brasil

13/05/2016 20h07

Monica Yanakiew - Correspondente da Agência Brasil

A ministra das Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra, disse hoje (13) que vê “com profunda preocupação” a situação política no Brasil, maior economia da América do Sul e principal parceiro comercial da Argentina.

Ao assumir a presidência da Argentina, em dezembro passado, Mauricio Macri visitou Dilma Rousseff. Seu governo tem adotado uma posição cautelosa, ao comentar sobre o processo de impeachment de Dilma, que foi afastada do cargo por até 180 dias até o fim do processo.

Susana Malcorra participou, em Londres, da Cúpula Anticorrupção, convocada pelo primeiro-ministro britânico, David Cameron. Segundo a ministra, a situação brasileira é complicada. “Apesar de se poder argumentar que a legalidade foi cumprida, muitos questionam a legitimidade do processo”, disse. “Quando começamos a debater entre legalidade e legitimidade, a situação torna-se muito complexa. O que nós esperamos é que [o processo] conclua, para não acentuar as necessidades e ansiedades do povo brasileiro”.

A ministra – que participou do encontro entre Macri e Dilma, quando o presidente argentino esteve em Brasília – disse que sente “uma profunda dor institucional e pessoal”. Ela contou que esteve com Dilma Rousseff em Nova York este ano. “A presidenta deve estar passando por um momento muito duro”, disse.

YANIKIEW, Monica. Ministra argentina vê com preocupação situação política do Brasil. In: **Agência Brasil**. 13, mai. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-05/ministra-argentina-ve-com-preocupacao-situacao-politica-do-brasil>>. Acesso em 6, jul. 2016.

Texto 19 - Não há como definir prazo para processo de impeachment de Dilma, diz Lewandowski

18/05/2016 17h34

Ivan Richard - Repórter da Agência Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, disse hoje (18) que não é possível fazer previsão quanto ao prazo de encerramento do processo de impeachment da presidenta afastada Dilma Rousseff no Senado. Ontem (17), o presidente da Comissão Especial do Impeachment do Senado, Raimundo Lira (PMDB-PB), disse que a intenção é que o julgamento final ocorra antes das eleições municipais de outubro, portanto, antes do prazo de 180 dias em que a presidenta poderá ficar afastada do governo.

Ao chegar hoje ao STF, o presidente da Corte lembrou que a possibilidade de apresentação de recursos, as diligências e oitivas que poderão ser requeridas pela defesa e acusação podem alongar o processo de análise do mérito da denúncia por crime de responsabilidade.

“Sobre o prazo, não há possibilidade de se estabelecer nenhuma previsão, tendo em conta as provas que podem ser pedidas, testemunhas e que devem ser especificadas juntamente com a defesa dentro daquele primeiro prazo de 20 dias”, argumentou Lewandowski, que é responsável por comandar o processo no Senado.

Impeachment Temer

O presidente do STF disse ainda que não há previsão para que o plenário da Corte julgue o mandado de segurança que pede a abertura de processo de impeachment contra o presidente interino Michel Temer. O relator do caso, Marco Aurélio Mello, liberou o processo para análise do plenário na última segunda-feira (16). Com isso, cabe a Lewandowski determinar a data para o julgamento do caso. "Não há previsão. Em uma pauta de 700 processos esperando julgamento, isso depende, evidentemente, da urgência de cada um desses processos", ponderou Lewandowski.

No mês passado, Marco Aurélio concedeu liminar (decisão provisória) determinando que o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) desse seguimento ao processo.

Liminar

Na mesma decisão, o ministro ordenou que fosse formada uma Comissão Especial para tratar do caso. O ministro concedeu a liminar em uma ação apresentada pelo advogado Mariel Marley Marra contra Cunha, que havia negado a continuidade do processo de impeachment contra o então vice-presidente da República.

RICHARD, Ivan. Não há como definir prazo para processo de impeachment de Dilma, diz Lewandowski. In: **Agência Brasil**. 18, mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/nao-ha-como-definir-prazo-para-processo-de-impeachment-de-dilma-diz> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 20 - Lewandowski mantém decisão da Comissão do Impeachment sobre testemunhas

07/06/2016 19h16

André Richter – Repórter da Agência Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, negou hoje (7) recurso do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para reduzir o número de testemunhas que a defesa da presidente afastada Dilma Rousseff deve apresentar na Comissão do Impeachment no Senado.

No dia 2 de junho, a comissão estabeleceu que serão ouvidas oito testemunhas para cada fato apontado contra a presidente afastada, tanto para a acusação quanto para a defesa. Isso significa um total de 48 testemunhas para cada lado, se cada decreto de suplementação orçamentária que motivou o pedido de impeachment for considerado separadamente.

Na decisão, Lewandowski considerou que a decisão do colegiado respeita o direito à ampla defesa e está amparada em decisões do Supremo e com Código de Processo Penal (CPP).

No recurso, Aloysio Nunes pretendia que os seis decretos fossem considerados como um único fato, a ser somado às chamadas pedaladas fiscais, que deveriam ser consideradas outro fato, reduzindo-se, desta forma, o número de testemunhas a serem ouvidas pela comissão.

O recurso foi decidido por Lewandowski porque o ministro atua no processo de impeachment como instância recursal dos procedimentos adotados pelo presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

Em outra decisão, o presidente do STF negou pedido de suspeição do relator da comissão, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O recurso foi protocolado pela defesa de presidente Dilma.

Tucano renuncia à vaga na comissão

O senador Aloysio Nunes Ferreira renunciou à sua vaga na Comissão Processante do Impeachment, em razão de sua posição de líder do governo do presidente interino Michel Temer.

Ricardo Ferraço, do PSDB do Espírito Santo, ocupará o lugar de Aloysio Nunes no colegiado.

RICHTER, André. Lewandowski mantém decisão da Comissão do Impeachment sobre testemunhas. In: **Agência Brasil**. 7, jun. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/lewandowski-mantem-decisao-da-comissao-do-impeachment-sobre-testemunhas> >. Acesso em: 6, jul. 2016.

Texto 21 - STF nega pedidos de habeas corpus para barrar impeachment de Dilma

16/06/2016 17h06

Michèle Canes - Repórter da Agência Brasil

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou hoje (16) recursos de cidadãos que levaram à Corte dois habeas corpus em favor da presidenta afastada Dilma Rousseff. Uma das ações pedia que fosse anulada a decisão da Câmara dos Deputados de dar seguimento ao processo de impeachment. Já a outra, pedia o trancamento do processo no Senado Federal.

No mês passado, o relator dos dois processos, ministro Teori Zavascki, negou seguimento aos pedidos. O ministro entendeu que não cabia o uso de habeas corpus para tratar do tema do impeachment.

“Certamente é impróprio, para esse escopo, o presente habeas corpus, cuja finalidade constitucional é a da proteção do indivíduo contra qualquer ato limitativo ao direito de locomoção (CF, art. 5º, LXVIII)”, disse Teori nas decisões tomadas em maio.

Na sessão desta quinta, o ministro relator voltou a negar as ações. “Eu neguei seguimento seguindo orientação do Tribunal em caso semelhante, Tribunal pleno, que diz que para trancar processo de impeachment não cabe habeas corpus. Estou negando provimento”, disse o relator no julgamento de uma das ações.

Nas duas ações, o ministro Marco Aurélio abriu divergência por entender que o habeas corpus não pode ser negado por decisão monocrática do relator, mas foi voto vencido. Os demais ministros acompanharam o voto de Teori.

CANES, Michèle. STF nega pedidos de habeas corpus para barrar impeachment de Dilma. In: **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/stf-nega-pedidos-de-habeas-corpus-para-barrar-impeachment-de-dilma>>. Acesso em: 6, jul. 2016.